

EM TEMPO!

INSTITUTO CAJAMAR
BIBLIOTECA

Publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Começou a grande virada



Paulo Torraca/Fóton



A "Nova esquerda"
e o marxismo

As duas faces
de Brizola

A Polônia entre o
fracasso e a ilusão

Encarte especial:
socialismo X neo-liberalismo

Outubro de 1989 — Nº 239 — Ano XII — NCz\$ 3,00

A força da esperança: 50 mil "guerreiros revolucionários" ocuparam a Praça da Sé



Assine EM TEMPO:

Um jornal engajado na defesa e na renovação do marxismo.

Quero assinar o **EM TEMPO** e receber em meu endereço 12 jornais por um ano. Minha opção de pagamento é:

() Apoio: NCz\$ 50,00 () Normal: NCz\$ 30,00

Nome: _____

Endereço: _____

CEP _____ Cidade _____ Estado _____

Telefone _____

Recorte e envie juntamente com cheque nominal à Editora Aparte Ltda — Rua Artur de Azevedo, 556 — CEP 05404 — São Paulo.



A memória da primavera de Pequim

Para receber, envie um cheque nominal à Editora Aparte Ltda no valor de NCz\$ 65,00.

EM TEMPO:

Uma publicação da tendência Democracia Socialista do PT

Conselho Editorial: Américo Bernardes, Carlos Henrique Árabe, Gerson de Almeida, Hugo Manso Jr., Islac Akcelrud, João Machado, Joaquim Soriano, Juarez Guimarães, Júlio Tavares, Otaviano Carvalho, Raul Pont, Régis Moraes, Ronaldo Barbosa, Sérgio Moura, Tatau Godinho, Tomás Matta Machado.

Jornalista Responsável: Américo Antunes. Reg. MTPS n.º 2.769.

Diagramação: Adelaide Jóia

EM TEMPO: é uma publicação da Editora Aparte Ltda Rua Arthur de Azevedo, 556, Pinheiros — São Paulo. CEP. Fone: 852-8880. CGC n.º 46.093.0001-10.

Sucursais: Belo Horizonte: Rua Guajajaras, 329, sala 12, CEP 30.180. Fone: 226-0646. Porto Alegre: Rua Fernandes Vieira, 618, loja 4. Bonfim: CEP 90.210. Fone: 27-4642. Rio de Janeiro: Rua Senador Dantas, 117, sala 1.414. CEP 20.031.

Editorial **Começou**

A Frente Brasil Popular conquista posições e inicia uma dinâmica que se aprofundada a conduzirá à vitória.

Pouco mais de trinta dias nos separam do 15 de novembro. E, no fundamental, o quadro eleitoral ainda está indefinido. A publicação frenética de pesquisas tem um valor muito limitado para a análise: quase a metade dos eleitores ainda não definiu o seu voto nas pesquisas espontâneas; grandes deslocamentos eleitorais continuam a ocorrer de forma vertiginosa.

As cabeças que pensam a partir do “senso comum”, acostumadas a lidar com pequenas somas em tempos de normalidade, ficam desorientadas em terreno tão movediço. É indispensável partir da realidade da crise nacional para compreender a aparente falta de lógica da cena eleitoral.

A angústia burguesa

A instabilidade eleitoral deve ser, em primeiro lugar, compreendida como fruto do vendaval devastador a que foram submetidos os partidos burgueses, do persistente fracionamento político das classes dominantes, do caráter ideologicamente defensivo e difuso do discurso burguês na atual conjuntura.

É inegável a constatação. O PT é a formação partidária mais forte na atual conjuntura. A poderosa máquina peemedebista está, no fundamental, dividida e paralisada. O PFL e o PDS se estilhaçaram. O PDT e o PSDB só tem realidade partidária em regiões específicas. Collor e Afif cavalgam fantasmas partidários.

É indispensável partir da realidade da crise nacional para compreender a aparente falta de lógica da cena eleitoral.

O fracionamento burguês neste primeiro turno acirra-se mais ainda com a ausência, no atual momento, de um candidato confiável solidamente bem colocado. A divisão burguesa corre o risco inclusive de ganhar uma dinâmica autodestrutiva, autofágica, um querendo devorar o outro.

Mas, talvez, o aspecto mais interessante é que nenhum candidato burguês até agora — nem mesmo o proto-fascista Caiado — teve a coragem de mostrar-se ideologicamente por inteiro defendendo o ponto de vista das classes dominantes, sem concessão. Todos, sem exceção, diante da gravidade da crise e do desgaste da “Nova República” travestem-se de populistas, tendo inclusive que incorporar — às vezes até de maneira forte — críticas ao capitalismo brasileiro, às instituições, etc.

A sensibilidade do grande capital está a flor da pele. A cotação do dólar passa a ser um indicador de tendências mais valioso que as próprias pesquisas.

Esta é a manifestação mais contundente do momento extremamente atormentado vivido pelas classes dominantes brasileiras.

Lógica dos deslocamentos

Impressionaria a magnitude dos deslocamentos políticos em escala de massa que estamos assistindo na atual conjuntura. De acordo com as próprias pesquisas, Collor perdeu cerca de doze milhões de eleitores em um mês e continua em queda acelerada. E neste mês é muito provável que assistamos a deslocamentos ainda mais amplos.

Quando afirmamos há alguns meses que a candidatura Collor era o local de passagem, ambíguo e contraditório, da consciência democrática das massas (ver *Em Tempo* 237) estávamos procurando encontrar uma lógica nestes deslocamentos eleitorais. Chamamos de “consciência democrática” este sentimento generalizado anti-Sarney, anti-privilégios e anti-corrupção, desconfiado profundamente do político burguês fisiológico, extremamente sensível à crítica das condições de penúria em que vive a maioria da população. Enfim, um nível de consciência de massas que é

anti-“Nova República”, não quer a volta à ditadura militar e procura uma alternativa.

A existência de um grande número de indefinidos, a previsão de deslocamentos eleitorais grandiosos indica que esta “consciência democrática” de massas ainda não encontrou um canal de expressão.

Indicador “dólar”

A queda de Collor e o aprofundamento das incertezas quanto ao resultado das eleições foram imediatamente acusados pelos grandes capitalistas. As taxas pagas pelo governo no over-night explodiram, o dólar no paralelo conheceu saltos recordes, a inflação disparou para mais de 40% ao mês, cresce a remessa de capitais para o exterior.

A sensibilidade do grande capital, com os seus bilhões aplicados no over, está à flor da pele. A cotação do dólar passa a ser um indicador de tendências eleitorais mais valioso que as próprias pesquisas.

Estamos, de fato, às vésperas da hiperinflação. Todo o grande capital já está posicionado para ela. E para uma certa faixa de assalariados que trabalha com orçamentos colados ao nível da sobrevivência, — como bem enunciou Lula — ela de fato já começou: uma inflação de mais de 40% ao mês é insuportável, é criminosa.

Início da “virada”

A candidatura da Frente Brasil Popular está em franco processo de afirmação e crescimento. E podemos dizer que até agora as pesquisas captaram ainda muito parcialmente este crescimento.

O que é mais importante e decisivo é que a candidatura Lula está afirmando um perfil ideológico, classista, está formando de maneira cada vez mais visível um perfil democrático e popular. Está conseguindo expressar cada vez mais as potencialidades abertas pelas resoluções do VI Encontro Nacional do PT.

a grande virada

Isto se manifesta de forma incisiva nos programas de televisão da Frente Brasil Popular, na sua capacidade de tomar iniciativas políticas na cena eleitoral e na desenvoltura do próprio Lula. A carga de ideologia, de emoção, de autoconfiança que Lula está conseguindo passar em seus discursos é, hoje, por si só, um dos grandes fatores de impulso à campanha.

Esta conquista de um perfil para a campanha tem várias conseqüências positivas, cujos resultados apenas começaram a se tornar visíveis.

O primeiro deles é que estamos enfrentando cara-a-cara, de forma incisiva, o projeto neo-liberal privatizante. A denúncia da negociata da privatização da Mafersa, os atos em Volta Redonda, o abraço à Petrobrás no Rio quebram a corrente de opinião artificialmente construída pelos ideólogos burgueses e abrem uma distância riquíssima de pressão pela democratização e controle social do Estado.

A conjuntura marcada pela violenta aceleração inflacionária será o campo da batalha decisivo entre a proposta democrática-popular e a ideologia neoliberal.

Este perfil ideológico permite também que nos distingamos do conjunto das outras candidaturas e façamos a justa crítica a elas. Em particular, nos arma para travar o combate à Brizola.

Enfim, este posicionamento ideológico cria uma ponte direta com a consciência democrática de massas, torna o PT um ponto de atração para a massa de milhões que procura uma alternativa à "Nova República".

O desafio da hiper

Este crescimento da Frente Brasil Popular alimenta inevitavelmente a dura reação dos capitalistas que dispararão os seus canhões em direção à aceleração inflacionária, à corrida desenfreada pelos ativos reais. A inflação que já é hoje o problema que mais angustia os brasileiros se tornará, então, um dos fatores decisivos para a definição das eleições.

Este será o campo de batalha decisivo entre a proposta democrática-popular e a ideologia neo-liberal.

Boa parte das nossas possibilidades de vitória está condicionada à nossa autoconfiança, à nossa disposição de dar exemplos cada vez mais evidentes de que podemos e seremos capazes de dirigir este país.

Collor, no momento em que se sentia mais forte, procurou

terodoxo, no sentido de garantir a todo custo as mãos livres para uma situação em que se confirmem as possibilidades de vitória de um candidato não confiável para eles.

A Frente Brasil Popular tem diante de si o desafio de travar a luta política mais dura, mais forte contra os monopólios e oligopólios que dominam a economia. Pois o que é a hiperinflação senão a manifestação mais criminosa, mais bárbara dos grandes capitalistas em defesa de suas posições ameaçadas? Que é senão a expressão máxima disto que é a

A crítica a Brizola

Outro ponto vital nesta fase final da campanha será a relação entre a Frente Brasil Popular e a candidatura de Brizola.

Pelo menos em dois estados — Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro — a candidatura Lula sofre uma forte pressão de Brizola. Brizola disputará com Lula, em parte, a condição de alternativa à "Nova República" neste período decisivo da campanha.

A crítica do projeto brizolista exige vencermos duas difi-

grama, por nossas iniciativas de massa, como foram os grandes e recentes comícios da Frente Brasil Popular realizados em Porto Alegre e nos principais redutos brizolistas no Rio de Janeiro.

Auto-confiança

O mais importante, no entanto, é compreender plenamente o fato de que entramos nos dias decisivos.

A conjuntura especialíssima em que estamos vivendo realça de forma extraordinária a importância do elemento subjetivo, da força de vontade e da energia da vanguarda dos trabalhadores que se construiu após tantos anos de luta. Boa parte das nossas possibilidades de vitória está condicionada à nossa autoconfiança, à nossa disposição de dar exemplos cada vez mais evidentes de que podemos e seremos capazes de dirigir este país.

Esta autoconfiança não pode ser alimentada fora do turbilhão dos acontecimentos que viveremos nos próximos dias. Mergulhar neles, com toda a nossa disposição de "guerreiros revolucionários" é o caminho para vencer, pois a autoconfiança se nutre das formidáveis reservas de energia e criatividade das massas.

Aviso a nossos leitores

O grande aumento do preço de EM TEMPO em relação ao número anterior deve-se à elevação dos custos gráficos, que subiram quase 100% no último mês.



Os "guerreiros revolucionários", na palavra de Lula: a chave da vitória

utilizar o argumento da ameaça da hiperinflação como uma espécie de chantagem. Afirmou — não sem uma certa dose de razão — que a única garantia contra a hiperinflação seria a sua eleição já no primeiro turno. O ministro Mailson da Nóbrega seguidamente abordou o tema a partir do mesmo ângulo.

O grande capital tem, por sua vez, feito uma política de duas caras após os indícios evidentes da queda acentuada de Collor. De um lado, apoia iniciativas limitadas de Mailson no sentido de garantir "acordos de cavalheiros" que estabeleçam patamares e prazos para a elevação dos preços; de outro, faz carga contra a proposta de um novo choque he-

bíblia do liberalismo, a "expressão das livres forças de mercado".

A candidatura Lula pode e deve se tornar o ponto de resistência, de aglutinação das massas, frente a esta investida do grande capital. Para isto é preciso, em primeiro lugar, priorizar este tema na campanha; explicar didaticamente para as massas quem — inclusive nomeando personalidades e grupos econômicos — gera e lucra com a aceleração inflacionária; elaborando e divulgando um plano de emergência em todas as frentes de combate à ameaça de hiperinflação; estimulando o movimento sindical e popular a se colocarem em movimento de forma unitária em torno a este programa.

A primeira é a superação do mito que está encarnado em sua figura. Isto só pode ser feito se entendemos que o seu papel na luta de classes está requalificado em relação ao pré-64, que o atual momento histórico realça as profundas limitações e aspectos conservadores de seu projeto. (ver artigos nas páginas 4 e 5).

Em segundo lugar, Brizola, por ter se construído politicamente à margem do PMDB e, depois, da Aliança Democrática, não carrega o desgaste da "Nova República". As grandes massas não fizeram a experiência concreta do que seria o governo Brizola. Assim, a referência fundamental para traçar a diferenciação de classe com ele passa por nosso pro-



As duas faces de Brizola

Raul Pont

O populismo foi e é um movimento com horizontes ideológicos burgueses. Esta não é apenas uma frase, é uma definição básica: mesmo nos seus momentos de maior radicalização, na conjuntura das vésperas do golpe de 1964, o horizonte do populismo era a sociedade capitalista reformada.

As chamadas “reformas de base” — a reforma agrária, fiscal as medidas de cunho nacionalista e de distribuição da renda — tinham por finalidade a criação de condições para uma desenvolvimento capitalista com bases mais autônomas no Brasil. Internacionalmente, seu “anti-imperialismo” se desvanecia em um vago “terceiro-mundismo”, em uma frente dos países pobres contra os ricos.

Este perfil ideológico se ajustava à função historicamente cumprida pelo populismo na América Latina: o de ser em países onde as burguesias locais eram extremamente débeis, o instrumento de enquadramento dos trabalhadores em uma perspectiva de colaboração de classes.

Dá ser uma característica essencial do populismo e não apenas um puro oportunismo de cálculo eleitoral a realização de alianças simultâneas à esquerda e à direita.

Estas duas características históricas do populismo realizavam-se através de uma lógica agressivamente estatal. Era a partir da máquina do Estado, colocada acima sociedade, que se articula, concretamente a conciliação de classes, as barganhas e a manipulação, o controle fisiológico dos sindicatos e as estruturas partidárias clientelísticas.

Populismo e democracia

O caráter de classe, a função política de controle e a lógica estatal explicam porque a tradição populista dificilmente pode ser associada à democracia, mesmo em seus limites burgueses.

O gesto do peronista Menem, de concessão do indulto aos militares torturadores e golpistas argentinos, não é um fato propriamente excepcional na tradição populista.

De maneira mais específica, o populismo se opõe frontalmente a qualquer processo de organização independente dos trabalhadores. É quase um lei que a sua força é inversamente proporcional ao grau de organização autônoma dos trabalhadores no campo partidário e sindical.

O fio da história

Brizola afirma que, se eleito presidente, retomará o fio da história do país que começou em Getúlio e foi interrompida com a destituição de Goulart.

Há nesta afirmação mais uma forte ilusão do que a justa afinidade com uma tradição. A sociedade, o período da luta de classes e o seu próprio sentido são hoje muito diversos.

Se Brizola na conjuntura do pré-64 foi um dos expoentes da radicalização e combatividade do movimento populista — no episódio da posse de Goulart, na pressão para a realização das reformas de base, na tentativa de resistência ao golpe — hoje o seu posicionamento na luta de classes salienta, por ironia, o papel de contenção e os elementos conservadores de seu projeto.

Em primeiro lugar, o salto qualitativo na internacionalização da economia que se verificou no pós-64 tornou absolutamente inconsistente e marginal a ideologia nacionalista burguesa. Hoje o grande capital, hiper-concentrado e internacionalizado, domina a economia. Para criar raízes de seu projeto em sua classe, Brizola teria, como Menem, de fazer concessões profundas ao imperialismo. É sugestivo que o discurso de seu principal assessor econômico, César Maia, já se oriente nesta direção.

Em segundo lugar, crise econômica estrutural da economia restringe de forma brutal as possibilidades de jogar com concessões aos trabalhadores sem contrariar de forma profunda a lógica dos interesses burgueses incrustados no Estado. Brizola presidente teria, ao seguir esta lógica, impor novos sacrifícios aos trabalhadores.

Por fim — e mais importante — a grande diferença em relação ao pré 64 é a existência de um pujante movimento de independência de classe que se expressa no PT. As raízes nacionais deste movimento, o grau já alcançado de consistência ideológica, o fato dele estar em ascensão indicam que Brizola, para construir o seu projeto, entraria em choque com o movimento operário, inclusive fazendo uso da repressão.

Um desafio

Cavalgando o mito que está impregnado em sua personalidade política, tendo se construído politicamente primeiro à margem do PMDB e, depois, da Aliança Democrática, Brizola procura disputar com o PT o espaço da “oposição à esquerda” ao governo Sarney. Procura mesmo ampliar este leque de “esquerda” indentificando apenas Afif, Maluf e Collor como os candidatos conservadores.

É a hegemonia da oposição à “Nova República” o que está em jogo. A disputa eleitoral cobra com força do PT a sua capacidade em particular, nos estados do Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro de expor para as massas o caráter de classe do projeto de Brizola, as suas ambigüidades e limitações, que mal disfarçam sua missão política de rebairar, reduzir e, por fim, impedir a organização independente dos trabalhadores da cidade e do campo.

O mito e

O exame da trajetória do PTB no Rio Grande do Sul desvanece a aura de muitos dos seus feitos. Já a avaliação do governo do PDT no Rio de Janeiro e em Porto Alegre desmente a maior parte das virtudes que a ele se atribui.

O populismo brizolista nasce dentro de uma conjuntura regional específica: o Rio Grande do Sul perdia posição, pois o processo de industrialização era concentrado no eixo Rio/São Paulo, ao mesmo tempo em que aglutinava, construindo fortes raízes sociais, um amplo leque de setores.

O antigo PTB, de Vargas, aglutina as oligarquias e os burocratas egressos do Estado Novo. No entanto, o que vai diferenciar o trabalhismo gaúcho é a adesão de correntes sindicalistas com fortes vínculos populares e também a participação de um núcleo de social humanistas, cuja principal figura é Alberto Pasqualini. É esta composição que dará ao trabalhismo gaúcho um discurso mais avançado e progressista e uma organização partidária bem superior ao PTB ao nível nacional.

O PTB, criado em 45, cresce rapidamente. Já nas primeiras eleições estaduais, em 1947, surge como a segunda força. Na medida em que o PTB cresce no Estado, a polarização forma dois blocos: o bloco conservador, com PSD, PL e UDN e o bloco populista, hegemônico pelo PTB.

Em 1947, concorre a coligação PSD/PRP (integralista), saindo vencedora, com o PTB em segundo lugar e o PL/UDN em terceiro. Em 1950, o PTB ganha o governo do Estado, com Ernesto Dorneles, derrotando a coligação PSD/UDN/PRP, que fica em segundo lugar, o PL em terceiro e o PSB com votação inexpressiva.

Em 1954, a coligação PSD/UDN/PL sai vencedora para o governo do Estado, com Ildo Meneghetti, o PTB fica em segundo e a surpresa é o PRP, que chega aos 10% de votos.

Em 1958, Brizola, que fora deputado, monta a coligação PTB, PSP, PRP, derrotando a coligação PSD/UDN. Em troca dos 10% de vo-



as suas sombras

tos do PRP, de Plínio Salgado, os integralistas ficam com a vaga para o senado, com Guido Mondim, a Secretaria da Agricultura, com Alberto Hoffmann e Obras Públicas, com Mário Maestri.

O mito

O mito de Leonel Brizola vai de seus feitos anti-imperialistas a iniciativas de reforma agrária, quando governador do Estado do Rio Grande do Sul. A precipitação do golpe de 64, a saída de Brizola do Brasil para o Uruguai, asilado e não exilado como é divulgado, colocou sombras sobre os fatos e feitos da época.

A encampação das duas subsidiárias da ITT foram mais um gesto com significado político que prático: as duas empresas mantinham equipamentos anacrônicos e sucateados e há muito não investiam na sua manutenção e ampliação.

A reforma agrária de Brizola não é diferente. Com o PTB à frente do MASTER (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra), fundado em 1960, pelo prefeito de Encruzilhada do Sul, Milton Rodrigues, foram organizados, até 1962, 26 acampamentos. Destes, apenas dois resultaram em assentamentos. Pelo depoimento de um colono, "o povo acampava, o Brizola vinha, conversava, prometia terra e pedia para o pessoal voltar a seus ranchos, na terra dos patrões. E todo mundo voltava, acreditando firme nas promessas de Brizola".

Das cinco experiências de assentamento promovidas no governo Brizola, apenas uma é divulgada como bem sucedida. Em final de mandato, Brizola desapropriou 19.106 ha., dos quais foram demarcados para distribuição apenas 3.297 ha. Foram demarcados 227 lotes e entregues 147. Cada família recebia 20 ha. para cultivo e meio hectare no núcleo residencial. A área do Banhado do Colégio era conhecida pela fertilidade das terras, resultado da construção da Barragem do Duro, em Camaquã-RS. Até 62 era cultivada por agricultores arrendatários de grandes proprietários da região que detinham títulos duvidosos. O projeto de assentamento feito às pressas, ao final do mandato de Brizola, não contou com assistência técnica e logo alguns lotes já haviam sido tomados por grandes proprietários, outros vendidos, restando um pequeno núcleo de assentados.

Hoje, Brizola detém duas propriedades no Uruguai onde cria sete mil cabeças de ovinos de raça, avaliadas em US\$ 2 milhões, com 3.181 ha.

Nas palavras de Brizola, sua reforma agrária: "...o processo de democratização da propriedade deve ter em vista, especialmente, a difusão da pequena e média propriedade..." (1964) ou "...Hoje já não penso como pensava em 64, em muitas coisas tenho mudado. Sobre a questão agrária, por exemplo, já não se pode mais falar em reforma agrária. Discutir o tamanho da propriedade já não é o problema. O que

importa agora, acima de tudo, é produzir e produzir alimentos. Se temos aí uma empresa com mil hectares de terra, temos que deixá-la produzir. Se o negócio é racional, temos que deixá-la produzir. Não podemos dividir por dividir. Temos que diminuir os custos e aumentar a produtividade." (Entrevista a Coojournal, 1977)

Alianças

Em 1986, o PDS, herdeiro da Arena e agora já cindido pelo PFL, concorre aliado com o PDT, saído do MDB, que também cindira em outros partidos (PMDB e outros menores). Concorre Aldo Pinto, com Marchezan ao Senado. Perde o governo do Estado para o PMDB, com Simon, mas esta aliança repercute profundamente na vida do partido. Juntos, PDT e PDS, haviam derrotado o PMDB na composição da Mesa da Assembléia (1986) e abre-se o

Fruto desta política de coligações no RGS, o PDT governa hoje 25 cidades com o PDS, 17 com o PMDB; com os dois juntos 8 cidades; com o PFL e PDS 4 cidades; com o PFL e PMDB; duas e todos juntos, 3 cidades.

Brizola no Rio

No governo do Rio, Brizola fez uma demonstração do que é sua proposta. Contraditoriamente à aura de "salvador dos pobres" construída no pré-64, Brizola deixou o governo do Rio em débito: mais crianças sem escola que no início de seu governo, uma encampação de empresas de transporte que beneficiou os empresários e vários "negócios" mal explicados.

As escolas de turno integral — CIEPS, ou brizolões, na propaganda política do PDT — atingiram menos de presários por Moreira Franco, sucessor de Brizola, além de deixarem para a

prefeitura a dívida, levaram junto importantes linhas antes pertencentes a CTC, por equívocos no processo feito pelo governo Brizola.

Porto Alegre

Alceu de Deus Collares ganhou a Prefeitura de Porto Alegre, em 1985, com apoio direto de Brizola.

Ao assumir o governo municipal, em 1986, o PDT encontrou um quadro de 18.640 funcionários. Ao deixar o governo, este número era de 20.883. A cada dia útil foram contratados 3 funcionários. Contraditoriamente, houve arrocho salarial; enquanto a Câmara aprovou, com maioria do PDT, pedidos de aumento que chegaram a 25.495% para o salário do Prefeito, aos funcionários foram dados 2.938%.

Na administração dos bens da prefeitura, os escândalos são maiores: doação de terrenos, localizados em áreas nobres da cidade a entidades e clubes. Cz\$ 1.6 bilhão em anistia e desonerações favorecendo a meia dúzia de privilegiados. Adiantamento dos pagamentos de algumas empreiteiras (como no caso do Ginásio Tesourinha) sem a conclusão da obra.

De acordo com Relatório do Tribunal de Contas há ainda outras irregularidades: compras sem licitação, gastos exorbitantes e irregulares com publicidade, principalmente ao final da administração; desvios de verbas do SUDS; contratação de empreiteiras havendo pessoal disponível na prefeitura.

Constituinte

A previdência privativa a deputados, sustentada com verbas públicas, obteve os votos do PDT para permanecer na Constituição do Estado do RGS. Entre os beneficiários estão ilustres pedetistas. Foram destinados NCz\$ 50 milhões (30% do orçamento da Assembléia), que daria para construir mais de 3 mil salas de aula, para prover os gastos da Previdência privada, em 1990.

O PDT apoiou também a isenção de pagamentos de ICMS para as empresas de radiodifusão, beneficiando a RBS, Caldas Júnior e outras grandes empresas de comunicação do Estado. A oposição do PT a isso valeu-nos a censura aberta nos meios de comunicação, enquanto Brizola é claramente beneficiado no noticiário.

O PT propôs a fixação de teto salarial para o funcionalismo e uma política de pessoal, buscando limitar e enquadrar igualmente os salários de funcionários de todos os poderes. A proposta foi rejeitada, com os votos do PDT.

Sete dos dez deputados pedetistas votaram contra a instalação de tribuna popular na Assembléia Legislativa.

Se a Constituição do Estado tem a cara da classe dominante, em muito se parece com a cara do PDT de Brizola.



1979: Chegada de Brizola em São Borja

caminho para as alianças na disputa das prefeituras em 1988.

Veja o quadro abaixo. É o retrato da orientação de Brizola em sua investida pela presidência. Não foi diferente em outros estados.

Alianças do PDT — Eleições Municipais de 1988/RGS

PDT com PDS — 54 cidades
 PDT com PMDB — 35 cidades
 PDT com PFL — 6 cidades
 PDT + PDS + PMDB — 9 cidades
 PDT + PFL + PMDB — 11 cidades
 PDT + PFL + PDS — 11 cidades
 PDT + PFL + PDS + PMDB — 3 cidades

5% da rede pública. Houve queda de 23,1% das vagas oferecidas de 1982 para 1987. O número de escolas também foi reduzido de 2.350 para 2.314, incluindo aí todos os CIEPS construídos. O Estado, em 1987, apresentava um total de 200 mil vagas a menos que em 1983.

O episódio da encampação de dezesseis empresas intermunicipais de transporte estourou na imprensa (**Folha de São Paulo** 29.9) como um escândalo pelo favorecimento aos empresários. A chamada "encampação" não passou de "compra" da frota de ônibus, por US\$ 15 milhões, sem uma avaliação real de seu valor de mercado. Recentemente, descobriu-se que Brizola "comprara" dívidas de NCz\$ 100 milhões. Posteriormente devolvidas aos em-

A "Nova Esquerda" e o marxismo

Como ocorreu com várias correntes no plano internacional, a crítica do estalinismo leva alguns companheiros a questionarem noções-chaves do marxismo.

Juarez Guimarães

O congresso nacional de fundação e a divulgação do manifesto da tendência "Nova Esquerda" conclui a trajetória desta corrente no sentido de superar uma concepção sectária de construção do partido revolucionário no Brasil. Os companheiros de fato já vinham funcionando no último período como uma tendência partidária, plenamente engajado na construção e nos debates do PT.

Como ocorreu com outras correntes marxistas que, embora participando do PT, inicialmente propunham fórmulas diferentes ou alternativas de projeto partidário, esta passagem positiva vem acompanhada por um questionamento de suas próprias bases políticas anteriores.

O fato original, no entanto, é que vários companheiros da "Nova Esquerda" ao reverem suas posições programáticas iniciais, ampliam o seu questionamento a princípios e teses fundamentais do marxismo em relação ao proletariado, às noções de Estado e revolução, à concepção de história.

Pelo peso desta corrente, pela sua importância na vida partidária, pelo valor de seus militantes e até pela sua trajetória de buscar se construir ao longo dos últimos anos como um esquerda marxista do PT, estes questionamentos merecem ser discutidos com atenção e profundidade.

Este artigo foi escrito a partir da leitura dos artigos dos companheiros Marcos Rolim e Tarso Genro contidos no caderno **Contribuição ao debate**, editado pelo deputado José Fortunati, do PT gaúcho; do artigo "Considerações sobre a sociedade civil, o Estado e a estratégia", de Aldo Fornazieri, publicados na revista **Teoria e política** e do manifesto **Por uma nova esquerda**, resultante do congresso de funda-

ção da tendência.

É importante lembrar que os artigos não são homogêneos, embora abarquem um campo comum de preocupações; são assinados refletindo opiniões pessoais. E, além disso, as colocações em geral são polêmicas e explicitamente provisórias: trata-se de um processo de elaboração em curso e não de posições definitivas e sedimentadas.

Movimento pendular

Tanto o manifesto como os artigos vêm carregados de expressões como a "crítica aos dogmas", a necessidade de nos libertarmos "das heranças teóricas que oprimem nossos cérebros"; do elogio da inquietação e da dúvida em detrimento das certezas adquiridas (o manifesto termina enfaticamente afirmando: "neste outro elemento da tempestade que chamamos de homem"). Tudo isso vem associado à idéia-chave de "modernidade", repetida

sempre como um nebuloso mo apreendiam e aplicavam o marxismo. Este "marxismo" teria entrado em contradição com a vida — com a realidade rica e incontornável do PT — e, portanto, teria de ser revisito.

Esta revisão, no entanto, arisca ser um movimento pendular, uma viagem ao extremo oposto do dogma. Ao invés da rigidez das teses, a "leveza dos conceitos" mal definidos; ao invés de certezas acima da história, as concessões à inquietação do momento; ao invés da razão excessivamente ordenadora, a turbulência da paixão.

Tudo isto marcado pelo impacto da obra de Antonio Gramsci apreendida não através de suas várias fases e especificidades mas com lentes bastantes influenciadas pela leitura de herdeiros, ou aspirantes a herdeiros em particular os eurocomunistas.

O que é importante é que se este movimento pendular ganhar os rumos da tendência

"Marx inicia intelectualmente uma idade histórica que provavelmente durará séculos, isto é, até o desaparecimento da sociedade política e o advento da sociedade regulada" (Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere)

ponto de chegada para as mentes socialistas atribuladas.

Certamente, podemos supor, não é ao PT que estes adjectivos se referem. Pois é difícil encontrar na história outro exemplo de um partido tão avesso aos dogmas, tão diverso, tão plural, de tradições distintas do marxismo que tem predominado nas últimas décadas.

O PT é profano demais, com a história aberta demais para se enquadrar em qualquer acusação de preservar a "santidade dos catecismos sectários".

Se não é o PT a quem então se referem? Só pode ser ao seu próprio passado, à forma co-

"Nova Esquerda", novamente a "teoria se chocará com a vida". Pois a esquerda brasileira vive um momento riquíssimo de perspectivas, de surgimento de novas forças militantes de expansão de sua influência social, de renovação de esperanças no socialismo. Em tudo diferente ao ceticismo e impasse vividos hoje pelos setores majoritários da esquerda italiana.

Marxismo e estalinismo
Alguns companheiros da "Nova Esquerda" — originários do principal partido estalinista do Brasil, o PC do B — procuram hoje construir uma

crítica de conjunto ao estalinismo.

A dinâmica deste processo de crítica ao estalinismo levados como já ocorreu com várias outras correntes no plano internacional — a questionarem alguns pressupostos-chaves do marxismo.

Do nosso ponto de vista, se há crise do marxismo — entendida como dificuldade de formular respostas políticas práticas aos novos desafios colocados pela história — esta deve ser entendida historicamente e em íntima relação com a crise do próprio movimento operário socialista. Não há como entender impasses e dificuldades atuais sem as profundas rupturas operadas pela social-democracia e pelo estalinismo em relação ao marxismo. Sem entender que as correntes marxistas revolucionárias passaram décadas em uma situação de profunda minoria.

A ruptura operada pela social-democracia com o marxismo é mais evidente. A ruptura praticada pelo estalinismo porém é menos exposta já que reclamou para si durante década o monopólio de continuidade do marxismo. Vários conceitos que os companheiros da "Nova Esquerda" criticam como marxistas são, de fato, aspectos do estalinismo ou visões impregnadas de sua influência.

Usam Gramsci contra Lenin e até mesmo contra Marx. E percorrem assim um caminho inverso ao do grande comunista italiano que, nos **Cadernos do Cárcere**, construiu trilhas profundas de enriquecimento da tradição marxista e leninista, a partir das especificidades da problemática situação italiana.

Acreditamos que o debate das questões levantadas pelos companheiros da "Nova Esquerda" deve ultrapassar os limites desta tendência e ser uma tarefa colocada para todos os marxistas revolucionários do PT, contribuindo para que ele tenha o desenlace mais positivo.



Do materialismo vulgar ao idealismo

Um veio de questionamento dos fundamentos do marxismo refere-se à relação marxismo-história e marxismo-proletariado.

Afirma, em síntese, Fornazieri: “Tanto em Marx como em Engels, como em Lenin e nos principais teóricos marxistas do nosso século, o paradigma da história, a variável independente é o desenvolvimento das forças produtivas. (...) O projeto do sujeito não é um projeto dele, mas é um projeto que ele encontra pronto e determinado pelas “leis” da história. O “dever ser” do marxismo é um “dever ser” que já “é”.

Um pouco mais cauteloso, afirma o manifesto “Por uma nova esquerda” que a reflexão de Marx “Seria prisioneira de determinadas contradições”: “A noção de uma humanidade — sujeito, por exemplo, que “faz” sua história ainda que em determinadas condições, contrapõe-se o papel de um ator seguindo, “em última instância”, o que lhe prescreve um roteiro estabelecido pelas contradições econômicas. (...) Uma classe assume, nas condições do capitalismo, uma “missão histórica” e todo o seu movimento será como que um deslocamento espontâneo para tornar-se aquilo que já seria por definição: uma classe cuja “razão de ser” é a Revolução”.

Há nesta colocação duas críticas a serem discutidas: ambas se baseiam numa mesma incompreensão do marxismo como unidade indissolúvel de teoria e prática, como **filosofia da práxis**. A prática revolucionária é o elo de ligação entre as leis objetivas que regem a sociedade capitalista e a intervenção consciente dos homens, para transformá-la.

Já nos primeiros esforços de Marx para sistematizar sua teoria nas **Teses sobre Feuerbach**, sua visão da história é marcada pela idéia da revolução proletária como a superação dialética tanto do materialismo mecanicista como do idealismo hegeliano. E a revolução é compreendida como processo de auto-emancipação

dos trabalhadores, os homens construindo seu próprio destino. Sim, construindo o destino a partir das contradições colocadas pela sociedade capitalista... e negar isso seria retornar ao mais ingênuo idealismo.

E como compreender de outra forma a célebre frase do **Manifesto Comunista**, que “a história de todas as sociedades

pontâneo para tornar-se aquilo que já é” parece brincadeira. É negar não apenas toda a teoria de Marx como todo a sua vida militante, dirigida para criar uma cultura política própria do proletariado, delimitando-o ideologicamente das outras classes, travando um combate sistemático permanente às concepções anar-

“A pretensão (apresentada como postulado essencial do materialismo histórico) de apresentar e expor qualquer flutuação da política e da ideologia como uma expressão imediata da infra-estrutura deve ser combatida teoricamente, como um infantilismo primitivo, devendo ser combatida praticamente com o testemunho autêntico de Marx escritor de obras políticas e históricas concretas.” (Antonio Gramsci, Cadernos do Cárcere)

que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes”?

Não há nas obras de Marx nenhuma teoria de os rumos da história estarem estabelecidos pelo desenvolvimento das forças produtivas. Nem mesmo de um determinismo econômico. A muito citada passagem do Prefácio à **Contribuição à Crítica da Economia Política** faz uma distinção sutil, mas fundamental entre determinismo e condicionamento (que tem um sentido muito mais aberto, de criar um campo de possibilidades). “O modo de produção de vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência do homem que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência”. A interpretação do marxismo como um determinismo econômico, com uma concepção fatalista da história, corresponde a uma deformação das idéias de Marx e Engels por Kautsky e de Lenin pelo estalinismo.

Mas o centro da controvérsia se concentra na relação marxismo-proletariado. É um velho debate, carregado de falsas polêmicas. Falar como diz o “manifesto” que em Marx a transformação do proletariado em sujeito revolucionário seria “um deslocamento es-

quistas ou utópicas em seu interior.

Quando Marx estabelece a distinção entre o proletariado como **classe em si**, uma classe trabalhadora heterogênea, composta por homens e mulheres, velhos e jovens, operários de diferentes nacionalidades, divididos pelas mais variadas idéias políticas e prisioneiros da concorrência no mercado de trabalho, e o proletariado como **classe para si**, agente social consciente do papel que ocupa na sociedade e que busca transformá-la em seu próprio benefício e, consequentemente, de todos os explorados e oprimidos, não trabalhava com uma concepção espontaneísta.

Pelo contrário, a experiência da luta de classes, a atividade da luta política, o esforço de organização sindical e partidária em suma, a **praxis revolucionária** desenvolvida pelo próprio proletário é que conduz à passagem de um plano para outro.

Assim, é preciso evitar, neste debate, tanto a espontaneidade revolucionária do proletariado quanto a idéia de uma classe operária dirigida e manipulada por uma elite de intelectuais. Qualquer biografia intelectual séria de Marx demonstra que vários dos seus conceitos-chaves foram forjados diretamente em relação

com o movimento operário. Alguém poderia, por outro lado, imaginar toda a construção teórica do leninismo, em suas fases, fora do estímulo e aprendizado do movimento operário russo?

Ética e moral

Ao negar qualquer organicidade de origem entre marxismo, projeto socialista e proletariado — ao contrário de Gramsci, por exemplo, que trabalha o tempo inteiro com a idéia do intelectual orgânico — os companheiros da “Nova esquerda” negam a idéia de que se possa construir um projeto universal a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

Deslizam, então, de forma quase natural para o idealismo. “A moral, a meu ver, concebida como um conjunto de valores humano-universais interrelacionados entre si e contrapostos aos valores particulares do capitalismo, deve ser o núcleo constitutivo central do projeto socialista, do projeto de futuro do nosso presente histórico”, afirma Fornazieri.

E mais adiante: “Os rumos e os destinos políticos da sociedade decidem-se hoje no terreno e nas batalhas das racionalidades”. Ou ainda: “Mas o que importa é que, se desdobrarmos o caminho apontado por Gramsci, que ao meu ver tem sua fundamentação filosófica em Hegel, chegaremos à conclusão que o fundamento decisivo da história é a **consciência** e não o ser social empírico”.

Do materialismo vulgar ao idealismo hegeliano. Através de Gramsci?

O próprio Gramsci nos **Cadernos do Cárcere**, ao analisar em perspectiva o desenvolvimento do marxismo nas décadas iniciais do século, mostra como ele havia sofrido uma dupla revisão, de um lado, pelo materialismo vulgar, e, de outro, pelas correntes idealistas (inclusive com o retorno ao Kantismo). Não deixa de ser uma ironia que os escritos de Gramsci sejam distorcidos em um sentido que ele explicitamente toma distância e crítica.



Um guia para o doutrinarismo?

Um dos pontos centrais de crítica desenvolvidos por Rolim e Fornazieri se dirige às formulações de Marx sobre o Estado em geral e sobre o conceito de ditadura do proletariado, em particular. Afirma Rolim em "A questão democrática e os conselhos" que "do ponto de vista político, o instrumental clássico do marxismo constitui, hoje, um guia para o doutrinarismo."

Após afirmar corretamente que nem em Marx nem em Lenin há uma teoria do Estado capitalista (desenvolvida e sistematicamente exposta, acrescentaríamos), Rolim aventura-se a sintetizar as elaborações de Marx e Lenin em três elementos:

1º) — O Estado é, essencialmente, um aparelho de coerção, idéia que se contrapõe às teorias finalistas ou éticas sobre o Estado;

2º) — O Estado é "classista" no sentido de que representa, sempre, interesses particulares;

3º) O Estado é uma realidade transitória subordinada à sociedade civil. "Não é o Estado que condiciona e regula a sociedade civil, mas a sociedade civil que regula e condiciona o Estado." Engels"

Após esta "síntese", Rolim faz as críticas óbvias às duas primeiras afirmações. Diz: "Na grande maioria dos países capitalistas desenvolvidos, pelo menos, as funções tipicamente coercitivas desempenhadas pelo Estado, em que pese terem se aperfeiçoado e se tornado mais complexas, ocupam um papel subalterno quando comparados aos poderosos mecanismos de hegemonia que estruturam a dominação burguesa."

Bonapartismo

Ora, o que Marx diz é que todo Estado é essencialmente uma forma de **dominação** — e não simplesmente um aparelho de **coerção**. Apesar de não ter sido contemporâneo das formas modernas de democracia burguesa, Marx, em diversos contextos, analisou ou fez referências ao desenvolvimento do Estado moderno na Inglaterra e na França. Esta simplificação em que Rolim pretende encaixar as observações de Marx sobre o Estado é tão absurda que parece que Rolim... não leu Marx, mas algum manual. Desde os escritos

juvenis hegelianos de Marx, passando pela **Crítica da Filosofia do Direito de Hegel** até os escritos que têm um tema mais especificamente político como **A Luta de Classes na França**, o **18 Brumário de Luis Bonaparte**, **A guerra Civil na França** e **A crítica ao programa de Gotha** e em numerosas cartas Marx trabalha com análises sofisticadas e flexíveis sobre as diversas formas de Estado.

A observação de Rolim sobre o segundo elemento de sua síntese: "Já no que diz respeito à noção segundo a qual o Estado serve aos interesses particularistas de uma classe, caberia relativizá-la de tal modo que não se compreenda o Estado atual como um instrumento dócil nas mãos da burguesia". Ora, tal crítica é tão absurda como a primeira. Há um conjunto de passagens em Marx que não apenas trabalham com situações de relativa autonomização do Estado em relação às classes dominantes como também das contradições que derivam da luta entre as várias frações burguesas no aparelho estatal. E pior: não leu Rolim **O Dezoito Brumário de Luis Bonaparte**? Não sabe

O conceito de "Estado socialista" é uma das revisões difundidas pelo estalinismo e passa por ser um conceito de Marx.

que o conceito de **bonapartismo**, de uso fluente no marxismo, inspirado neste livro de Marx, tem exatamente o sentido que afirma a concepção de Marx sobre o Estado contrariar? Não leu nenhuma passagem de Marx sobre o despotismo asiático na qual o Estado, aparece como força dominante na sociedade, como poder autonomizado, independente e superior a todos os seus membros?

Estado e sociedade civil

A terceira refutação de Rolim é a mais importante porque contesta o elemento mais permanente das anotações de Marx sobre o Estado. Diz Rolim: "A idéia da necessidade da extinção do Estado só é justificável na medida em que o entendemos como uma realidade correspondente à existência das classes sociais. Se pensarmos o Estado como uma necessidade ontológica que ex-

trapola este conteúdo, vinculada à sua gênese, pode-se introduzir um debate muito mais produtivo e, ao mesmo tempo, contornar o apelo tautológico de uma proposta cujo conteúdo conclusivo (a extinção) já está contido na premissa teórica mais geral ou seja: na própria definição de Estado".

A idéia da determinação social do Estado é central na crítica que Marx faz a Hegel, que o vê como guardião dos interesses gerais da sociedade. É central para a crítica que Marx faz ao caráter formal da democracia nas repúblicas burguesas onde a igualdade jurídica perante a lei se desfaz diante dos interesses da propriedade privada que realmente governam.

A idéia da revolução socialista como processo de auto-emancipação social, contra a estrutura estatal alienada do controle da maioria da sociedade, é também fundamentalmente construída a partir destas premissas.

É assim, por exemplo, que Marx critica a idéia contida no Programa de Gotha, do Partido Social-Democrata Alemão, de um "Estado livre", afirmando que isso é uma contradição em termos para em seguida dizer que "liberdade consiste em converter o estado de um órgão imposto de cima à sociedade em algo completamente subordinada a ela".

Em **A guerra civil na França**, os comentários de Marx sobre a Comuna de Paris, enfatizam e desenvolvem a partir da experiência vivida pelos trabalhadores parisienses este tema. "A Comuna", ele escreveu, "foi uma revolução não contra esta ou aquela, legítima, constitucional, republicana ou imperial forma de poder estatal. Foi uma revolução contra o próprio Estado, deste supernaturalista aborto da sociedade, uma retomada pelo povo para o povo da sua própria vida social. Não foi uma revolução para transferir o poder de uma para outra fração da classe dominante mas uma revolução para quebrar este horrível aparato de dominação de classe".

O questionamento desta idéia central de Marx sobre o Estado, como ficou evidente em vários momentos da história do movimento operário, nos desarma para delimitar campos com o reformismo e fazer a crítica radical da concepção liberal de democracia.

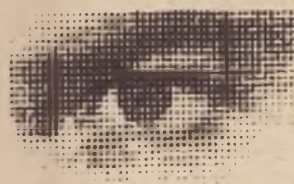
Ditadura do proletariado

As consequências destes questionamentos, tanto em Rolim como em Fornazieri, levam à crítica do conceito marxista da ditadura do proletariado. Afirma Fornazieri: "Desta forma, a questão da democracia e da liberdade não é uma questão que possa ser abordada sob o ângulo particular da classe operária. Pressupor que haja uma democracia própria da classe representa cair no mesmo enfoque particularista do capitalismo. Se o socialismo se propõe realizar valores que alcancem a máxima universalidade possível, estes valores não podem ser valores particulares de uma classe. Admitir que o sejam, é admitir, **historicamente**, que a classe já estava predeterminada a ser portadora de tais valores e a cumprir tal missão na história. Por isso mesmo, o socialismo não pode ser uma ditadura, "a ditadura do proletariado". O socialismo deve ser uma **democracia socialista**, onde as medidas sociais da objetividade da existência sejam igualmente válidas para todos e para cada um."

A acusação de que o conceito de ditadura do proletariado revela o autoritarismo intrínseco das formulações políticas de Marx não é nova.

Em primeiro lugar, uma correção: a "ditadura do proletariado" é a forma de Estado proposto para a transição ao socialismo e não para o socialismo em si. A idéia de um "Estado socialista" é, na verdade, uma das revisões difundidas pelo estalinismo e passa por ser um conceito elaborado por Marx. Não há, em nenhuma parte da obra de Marx, a utilização deste conceito.

Em segundo lugar, toda a ênfase nos escritos de Marx sobre a ditadura do proletariado é colocada nos seus aspectos antiautoritários e antiburocráticos. O uso da violência é defendido no sentido estrito de oposição à resistência armada da burguesia e das classes dominantes ao processo de transformação em curso. Em Marx e em Lenin, o conceito de "ditadura do proletariado" é assimilado à extensão das liberdades, da prática da democracia direta à maioria da população (e não apenas ao proletariado) e não pode ser de modo algum identificado com as ditaduras burocráticas como ocorreu em várias sociedades pós-capitalistas.



Dicionário do Liberalismo

Um guia para identificar os conceitos chaves da ideologia liberal e atacá-los.

Ordem Espontânea

Conceito básico segundo o qual deve ser deixado ao jogo da **livre iniciativa** dos indivíduos a ordenação das sociedades, assim se estabelecendo, através do confronto conflitual dos projetos e aspirações de cada um, um equilíbrio "natural" mais justo (e economicamente mais eficaz) do que qualquer equilíbrio "artificial" que pudesse resultar de um **projeto global** de sociedade, em nome, por exemplo, de uma qualquer "vontade geral" ou de grupo (aquilo a que os liberais chamam, e repudiam, um "construtivismo").

É claro que, em teoria, isto poderá ser defensável numa sociedade nascente com recursos ilimitados. Nas sociedades já existentes, com uma longa história atrás de si, profundamente desequilibradas ou em equilíbrio obviamente injusto, a ordem espontânea significa não tanto deixar tudo como está, mas ir cada vez mais agravando as desigualdades e os danos sociais, pois a espontaneidade e a **liberdade** dos mais fortes forçam a balança a seu favor, e em prejuízo dos que pouco podem fazer com a liberdade que lhes deixaram.

Tal como não decidir é uma forma de decidir, também este "espontaneísmo" é uma forma de "construtivismo", revolucionário há dois séculos, hoje obviamente conservador.

Anti-Igualitário

Quem mais trabalhe e mais se esforce tem "naturalmente" direito a ter maior rendimento, mais **propriedade**, segundo a ideologia liberal. E isto serve de exemplo para os outros, ensinando-lhes que, se trabalharem e se esforçarem, etc., etc. Daí a dinâmica de progresso da sociedade, com cada um a trabalhar e a esforçar-se para etc., etc. Isto, claro, se for ambicioso, se tiver aspirações a "subir na vida", porque os que não o forem, ou não as tiverem, não passarão de pau torto, e é assim que está certo.

Mas, pergunta-se: e os jovens que tiveram que se empregar cedo (crianças ainda, nos tempos áureos do liberalismo, mas hoje também...), analfabetos ou quase, para ajudar aos pais, onde poderão chegar nesta sociedade competitiva? Um contínuo de repartição, quem lhe dará um emprego qualificado, como poderá chegar a diretor-geral, ou mais longe ainda? Um desempregado só aceitará um emprego (não é ele um trabalhador livre?) que lhe proporcione uma carreira sempre em as-



censação? Tem-se, sequer, nestes e muitos outros casos, o direito de ser **ambicioso**?

Vícios privados, virtudes públicas

A expressão vem de uma famosa "Fábula das abelhas", do holandês Mandeville, no século XVIII.

Uma colmeia, que vive na corrupção e na prosperidade, decide reverter-se à virtude e à prática do Bem. Juntamente com o vício, irá desaparecer a antiga prosperidade, a colmeia entrega-se ao ócio e vai conhecer a miséria e o caos. Moral da história: o egoísmo individual é o preço do bem público, da civilização.

Está aqui a origem individualista do liberalismo, e sabe-se que Adam Smith, o pai da teoria do liberalismo econômico, se inspirou nesta fábula. Na realidade, este "liberalismo selvagem" nunca verdadeiramente existiu, quer por efeitos internos de coligações de interesses dentro da própria burguesia, quer, sobretudo, devido às vigorosas lutas em nome da fraternidade (palavra odiada pelos liberais), da igualdade e das aspirações **coletivas** dos trabalhadores. No entanto, caída em descrédito até há pouco, essa teoria volta a fazer sonhar muita gente... que até às vezes se diz de esquerda.

Estado mínimo

Trata-se de uma correção à idéia de

"ordem espontânea", de um "mal necessário", segundo Thomas Paine, o revolucionário americano que fora deputado em Paris, depois da Revolução. De fato a tal "ordem espontânea", a prática o demonstrou, é a ordem da propriedade e da repartição (necessariamente desigual) da riqueza — é, no essencial, uma **ordem econômica**. Mas há a **outra** ordem, a chamada "ordem pública", e a sua suplementar, "ordem internacional". Nestes dois casos, não se aceita a espontaneidade: externamente, os Estados mais fortes ameaçariam constantemente os mais fracos: internamente receia-se que os mais fracos se revoltassem contra a propriedade e o poder dos mais fortes.

É, pois, preciso que alguém mantenha a ordem interna e crie condições (um exército, um sistema de alianças) para que seja respeitada a ordem externa. Haja, pois, um Estado, pequeno mas forte e com plena autoridade. Mas que, para além de estabelecer o **império da lei** (o cumprimento das famosas "regras justas de comportamento individual") e garantir a ordem e a segurança, não se imiscua na "ordem econômica": *laissez faire, laissez passer*, isto é, que cada um procure sem entraves ganhar o mais possível: enriquecei, assim incitava Guizot aos seus concidadãos.

Claro que isto nunca passou, em rigor, de teoria: o poder econômico sempre dominou, mais ou menos diretamente, o poder político, do qual recebeu favores, subsídios e proteções (isto

é, se beneficiou-se muito liberalmente das "ingerências" do Estado no econômico) e, em situações de crise econômica e social, foram as intervenções do Estado na economia que salvaram mesmo os mais liberais (lembre-se de um Roosevelt, de um De Gaulle, entre tantos outros).

Livres trocas internacionais

Os entraves ao comércio internacional são um cavalo de batalha de qualquer liberal que se preze. O Banco Mundial e o FMI esforçam-se a pregar contra o protecionismo de muitos países, o que, segundo eles e em nome da idéia liberal, só lhes atrasa o desenvolvimento.

Ora, tendencialmente, só foram de fato livre-cambistas, ou só o são em teoria, os países economicamente dominantes, que, por serem mais competitivos do que os outros, só tem a beneficiar-se com a liberalização das trocas. Mas hoje não há potência econômica que não seja protecionista em maior ou menor grau: basta pensar no Japão, o mercado mais protegido do mundo. Aliás, poucos são os países, com a exceção da poderosa Inglaterra vitoriana, que não fundaram o seu arranque industrial num vigoroso protecionismo. Tudo a bem do "liberalismo"...

Mercado Livre concorrência

Deveriam constituir a expressão prática da "Ordem espontânea" e do "laissez faire". A idéia, proposta por Adam Smith, de uma "mão invisível" que se encarrega de estabelecer o equilíbrio do mercado, através do jogo dos preços, já nem agrada aos mais radicais dos liberais de hoje, para os quais essa noção metafórica pode sugerir que existe um "plano" invisível ou divino que seja, quando nada existe a não ser a ação espontânea dos "agentes econômicos". É claro que nunca existiu qualquer mercado livre ou qualquer concorrência perfeita, no caso do Brasil.

Os grandes grupos econômicos, que hoje dominam os principais ramos da economia mundial, constituem o maior desmentido às regras do mercado livre gerado pelo desenvolvimento "espontâneo" das economias capitalistas.

Mas um puro liberal, como Hayek, faz algumas concessões: "As práticas monopolistas que ameaçam o funcionamento do mercado são hoje muito mais grave do lado da mão-de-obra do que do lado da empresa. "Uma vez mais, tudo a bem do liberalismo..."

Folha de São Paulo

Além da Mafersa, a Petrobrás

José Corrêa

O Jornal Folha de São Paulo passou a disputar a dianteira da ofensiva neoliberal que busca privatizar os setores lucrativos da economia hoje nas mãos do Estado. A campanha "Menos governo, menos miséria" está jogando todo o peso da FSP no esforço de privatização de empresas como a Petrobrás ou as usinas das Siderbrás, lançando mão de editoriais de primeira página, extensas matérias de denúncia etc.

Eis o discurso da FSP: o Brasil é um dos países que apresenta maiores desigualdades sociais do mundo; o Estado brasileiro é um monstro burocrático que consome recursos e nada faz para diminuir a miséria da população, os seus programas sociais representam muito pouco para amenizar esta situação; ao mesmo tempo que asfixia a iniciativa privada, o Estado a favorece (!), não cumprindo assim seu papel social; é necessário que ele abandone as atividades econômicas à iniciativa privada e passe a dedicar mais peso às atividades sociais; neste sentido, a venda do patrimônio das 179 estatais produtivas renderia US\$ 46 bilhões, que poderiam ser aplicados pra reduzir a miséria do povo.

Desta forma, a sociedade brasileira poderia abandonar o jugo do estatismo e adentrar na modernidade, rejeitando prática retrógradas, uma ideologia estatizante e um "espírito brejneviano que marcam o pretensio progressismo brasileiro" e "abrindo o espaço para o mercado e a concorrência, seguindo o exemplo da URSS, China e Europa Oriental". Mas estas acusações são, para a FSP, apenas cortinas de fumaça para o verdadeiro alvo do ataque: o envolvimento do Estado no processo produtivo, através das empresas estatais, que deveriam ser transferidas para o capital privado, a começar pela Petrobrás, um "tabu a ser quebrado".

Café pequeno

Esta ofensiva antiestatal tem por objetivo não só a privatização mas, como mostram os exemplos de Thatcher,

Reagan e agora Menen, cortes nos gastos sociais e a demissão de funcionários públicos. Mas a privatização das estatais correspondem a um elemento muito específico da economia brasileira atual. Ele é elucidado pelo depoimento à própria FSP (1/10, pg. B-2) de Antoninho Trevisan, ex-titular da Secretaria Especial de Controle das Estatais: "o papel do Estado empresário já se esgotou... o governo não tem como financiar mais investimentos" A taxa de investimentos líquidos das empresas do governo era, até 1983, de 13% ao ano; em 1984/85, de 6%; em 1986/7, de 3%; e o ano passado tornou-se negativa. O parque produtivo estatal corre o risco de ser sucateado. Há, porém, segundo Trevisan, cerca de NCz\$ 120 bilhões que giram diariamente no overnight e entre US\$ 40 e US\$ 60 bilhões pertencentes a brasileiros no exterior, que seriam mais do que suficientes para comprar as estatais.

O que este alto burocrata não reconhece é que a redução dos investimentos do Estado em suas empresas se deve à manutenção da ciranda financeira e ao crescente déficit público que o sustenta, que mantêm um processo artificial de valorização do capital monopolista, numa conjunta de retração econômica. É esta ciranda que produziu uma enorme massa de capital especulativo que tem que voltar, de alguma forma, ao circuito produtivo, sob o risco de se perder em uma crise financeira ou em uma moratória da dívida interna, penalizando o grande capital.

O restabelecimento do papel histórico do Estado enquanto promotor do desenvolvimento econômico e defesa das estatais é mais atual que nunca. Mas exige a quebra de todo o padrão de acumulação montado ao longo dos anos 80, para garantir os superlucros monopolistas. Iniciativas como a da FSP são a armação de uma grande jogada, a transferência de parte substancial do patrimônio público para mãos privadas a preço de banana, em operações que farão com que a venda da Mafersa, denunciada na TV pelo PT no horário eleitoral, pareça café pequeno.

Liberalismo e democracia

Não é o liberalismo a concepção do mundo que, forjado laboriosamente por sucessivas gerações da humanidade, cientistas e filósofos, fundou enfim na Razão a eminente liberdade do indivíduo, até inscrever o seu nome e o traduzir em direitos na declaração da Independência dos Estados Unidos e, na França de 1789, na declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão?

Não é, pelo seu lado, a forma democrática de governo aquela a que esses documentos (e todas as diversas Constituições em que, nas décadas seguintes, numerosos países se inspiraram) deram corpo, através de mecanismos de representação dos cidadãos, fonte última da soberania nacional? Não se implicam, portanto, liberalismo e democracia, ou melhor, não será esta a tradução prática (e lógica) no plano político dos ideais liberais?

João Martins Pereira

Confrontemos de imediato estas interpretações com dois textos de influentes pensadores liberais: os franceses Benjamin Constant e François Guizot. Diz o primeiro: "A classe trabalhadora não tem menos patriotismo que as outras classes. (...) Mas um é, ao meu ver, o patriotismo que dá coragem para morrer pelo seu país, outro o que dá a capacidade de

bem conhecer os seus (do país) interesses. É pois, necessária qualquer condição adicional para além do nascimento e da idade prescrita pela lei. Esta condição é o lazer indispensável à aquisição das luzes, à retidão do juízo. Só a propriedade assegura esse lazer: só ela torna os homens capazes do exercício dos direitos políticos". O segundo: "O caos esconde-se hoje (1849) por detrás de uma palavra: Democracia. (...) Idéia fatal que é preciso erradicar. A paz social tem esse preço. E, com a paz social, a liberdade, a segurança, a prosperidade, a dignidade, todos os bens morais e materiais que só ela pode garantir."

Hoje já não se dizem coisas destas, com tal franqueza, mesmo quando religiosamente se professa, com ares de "cientista social", uma ideologia com mais de dois séculos, cujo crédito fora decrescendo face às realidades concretas da vida social, até ressuscitar há poucos anos como coisa nova.

Interessa determo-nos um pouco naqueles dois textos, escrito um quando a prática liberal dava os seus primeiros passos na Europa, outro a meio do século XIX, em plena fase das revoluções democrático-republicanas. Que a propriedade deve ser anterior à liberdade política, já que é sua condição, diz-nos Constant. Não encontraríamos fórmula mais clara para exprimir a natureza da "ideologia da burguesia ascendente" que foi o liberalismo e, ao mesmo tempo, a idéia de que, derrubado o poder absoluto já declinante do "Antigo Regime", havia agora que limitar os apetites de massas populares pobres e incultas, cujo destino se devia limitar a mendigar livremente o seu trabalho no "mercado do emprego" e a morrer pela Pátria quando necessário. Por isso, os sistemas eleitorais de então fixavam limites mínimos de rendimento para ser eleito (ou seja, cidadão), e por vezes mais restritos ainda para se poder ser eleito: nos Estados Unidos, com 4 milhões de habitantes, o primeiro corpo eleitoral era de 120 mil eleitores (3%); na França, os limites fixados pela lei de 1817, à data em que escrevia Constant, reduziam os eleitores a 90 mil e

os elegíveis a 16 mil em mais de 20 milhões de habitantes. Numa palavra, dos "direitos inalienáveis" proclamados pela cartilha liberal, só a pequena fração abastada da população de fato se beneficiava. Só triunfara, afinal, o liberalismo econômico. A burguesia lutara, em nome da liberdade, contra o poder absoluto que lhe tolhia os movimentos e o acesso à propriedade, mas insaurava o seu próprio poder minoritário.

Democracia contra liberalismo

A aspiração democrática irá nascer contra o liberalismo. As palavras de Guizot bem o demonstram. O sufrágio uni-

"O caos esconde-se hoje (1849) por detrás de uma palavra: democracia (...) Idéia fatal que é preciso erradicar." (Guizot, teórico liberal)

versal (masculino!), só então conquistado, aterroriza-o: é a liberdade, a segurança, a prosperidade dos proprietários o que obviamente o preocupa. E os democratas e republicanos de então pouco mais pretendiam, para além do alargamento do sufrágio, do que a separação da Igreja do Estado e o desenvolvimento da instrução pública.

Estava ainda por fazer a longa história da luta pelos "direitos sociais", que muitos pensam, erradamente, ser inerentes a qualquer "democracia liberal": o direito à constituição de sindicatos livres, o direito à greve, a redução das horas de trabalho (luta interminável, essa), o descanso semanal, as férias pagas, a proteção e a segurança social, etc. Nada disto foi conquistado pelo voto.

O movimento operário, de inspiração socialista ou anarquista, foi o motor de todas essas batalhas, e muitas foram ganhas em momento de "grande pânico" da burguesia: o pós-guerra de 1918, a crise de 1929 e a grande depressão subsequente, o pós-guerra de 1945. Cada vez mais, foram os interesses de grupos ou classes sociais que estiveram em confronto, e não os interesses individuais.

Na realidade, como qualquer ideologia, o próprio liberalismo econômico serviu mais à bandeira do capitalismo em expansão do que como "regra de vida": o protecionismo foi sempre mais prezado pelo patronato do que o livre-câmbio, o Estado sempre concedeu generosos favores aos empresários, a concentração capitalista desfigurou a livre concorrência e gerou poderes supranacionais, enfim, a aventura colonial (impossível sem a força das baionetas) foi uma poderosa fonte de acumulação.

Mais: foram políticas intervencionistas que salvaram o capitalismo nos anos 30, foi a guerra que, em definitivo, resolveu o problema do desem-



prego, foram mecanismos negociados e planificados que reconstruíram a Europa.

Foram dispositivos no campo da saúde e da segurança social que asseguraram um mínimo de "paz social", e ainda hoje permitem aos nossos liberais ir aumentando o desemprego sem "perigosas" convulsões sociais, enquanto gritam alto e bom som que esta crise só se poderá resolver com uma drástica redução do papel (e do "tamanho") do Estado e com o retorno aos grandes princípios de há dois séculos — princípios que em todos esses momentos foram claramente violados por exemplares regimes democráticos...

E a mais próspera economia do mundo, sem exagero a "economia dominante" já ho-

Ainda recentemente, dizia a revista americana *Fortune*, que de negócios sabe alguma coisa: "O que parecem ignorar os conservadores (para os quais os fracassos no combate ao big government anunciam o que Hayek chamava "os caminhos da servidão"), é o fato de que os sistemas de tomada de decisão econômica nos modernos 'estados-Providência' refletem as escolhas e os interesses de indivíduos e empresas privadas, mais do que os dos decisores ou planificadores governamentais." Está tudo dito.

Os adoradores do mercado

Nos nossos dias, abundam os exemplos de que democracia e liberalismo estão longe de mutuamente se implicar. É no Chile de Pinochet que os ultraliberais da Escola de Friedman experimentam o seu "ultraliberalismo" econômico; países como a Coreia ou Taiwan, de duros governos autocráticos, são dados como exemplo das virtudes desenvolvimentistas do liberalismo econômico (que aliás, estão longe de praticar); nos chamados países ocidentais, são os dirigentes mais autoritários e reacionários os mais fervorosos paladinos do liberalismo econômico (Thatcher e Reagan são apenas os exemplos mais conhecidos). Não é por acaso que no Brasil são grandes ideólogos da ditadura (Roberto Campos, Delfim, etc) os campeões do liberalismo.

Liberalismo ou intervencionismo?

É óbvio que nunca nenhuma crise do capitalismo, e não foram poucas até a que atravessamos agora foi resolvida por "ação espontânea" das forças do mercado e esta também não o será. As formas de intervencionismo é que se vão ajustando à própria natureza das crises: onde estaria a economia americana sem as fabulosas injeções financeiras (reforçadas pelo liberal Reagan) nos programas militares e espaciais?

E a mais próspera economia do mundo, sem exagero a "economia dominante" já ho-

je e na nova fase do capitalismo que desponta, o Japão, combina elementos obviamente não-liberais, nem política nem economicamente para não conhecer os rigores da crise do capitalismo ocidental: uma "relação simbiótica" (no dizer de um especialista) entre o governo e o mundo dos negócios, com o mesmo partido no poder há mais de trinta anos; um protecionismo cerrado; um emprego garantido para toda a vida, sem prejuízo de altas produtividades e de uma "dedicação" quase religiosa ao sucesso da empresa.

O movimento operário, de inspiração socialista ou anarquista, foi o motor de todas as batalhas pelos direitos democráticos e liberais.

Nessa nova fase do capitalismo, em que a informação (no sentido lato) desempenha o papel de "mercadoria poder-dominante", tudo indica que, contrariamente ao que muitos pensam, serão muito fortes as tensões antidemocráticas: a informação-poder (a ciência, a alta tecnologia) tenderá à concentração, enquanto a informação de massa, uniformizadora e finalmente ilusória, incita ao deslumbra-



mento e à submissão. Será jável). Se põe o acento naquilo que o liberalismo essencialmente é, enquanto ideologia — a livre iniciativa empresarial, o livre jogo das forças do mercado, a competição de todos contra todos, a desigualdade criadora da "dinâmica" econômica — então o melhor é nem se chamar esquerda.

Extraído do jornal *Combate*, nº 105.



O mito do socialismo de mercado

A imprensa burguesa se engalana com o recente "pacote" econômico de Gorbatchev, com medidas rotuladas como "socialismo" de mercado. O caráter reacionário e anti-socialista dessas propostas é demonstrado automaticamente pelas decisões que o acompanham e dele fazem parte integrante: congelamento de salários e abolição do direito de greve nos setores considerados essenciais. Gorbatchev dá uma clara guinada à direita.

Isto nos diz que, involuntariamente, ele confirma a tese de Mandel, demonstrando a incompatibilidade entre socialismo e mercado. A importância e atualidade do texto de Mandel, sua capacidade de antecipação e previsão política são confirmadas pelos fatos correntes do noticiário internacional.

A discussão iniciada pelo texto a seguir ajuda os trabalhadores e militantes revolucionários a enfrentar com êxito a ofensiva liberal-burguesa a partir do naufrágio do stalinismo.

Ernest MANDEL

Ante a dimensão da crise econômica na União Soviética e na maior parte dos países da Europa Oriental, ganha força a idéia de que a única solução disponível para substituir a fraude burocrática está na adoção maciça dos "mecanismos de mercado". Esta idéia é aceita, hoje em dia, como uma quase evidência, por importantes setores das massas tanto no Ocidente como no Leste. Entretanto, os setores da classe operária que não aceitam os "mecanismos de mercado" são mais amplos do que parece à primeira vista.

Dessa idéia para o "socialismo de mercado" não é preciso mais do que um passo que já foi dado pela quase totalidade dos ideólogos reformistas e neo-reformistas do Ocidente, pela maioria dos "especialistas econômicos" e dos ideólogos da burocracia no Leste.

É preciso afirmar resolutamente: a própria concepção de "socialismo de mercado" é um contrasenso e um mito. O socialismo — como sociedade sem classes, no seio da qual os produtores e produtoras livremente associados são os senhores de seu destino e determinam o que produzir, como produzir e repartir, em suas grandes linhas — pressupõe a ausência de mercado ou,

peço menos, sua extrema marginalização.

Quem manda

No seio de uma economia de mercado, são as "leis econômicas", atuando à revelia dos homens e mulheres, quem determina, em última análise, a dinâmica econômica e social. As prioridades da produção se orientam para as disponibilidades de poder de compra e não para as opções sociais livre e democraticamente estabelecidas pelas próprias massas de produtores(as) e consumidores(as).

O socialismo, como sociedade sem classes, pressupõe a ausência de mercado ou sua extrema marginalização.

Isto quer dizer, concretamente, que serão dispendidos bilhões em "segundas residências" e mansões de luxo, enquanto ainda há centenas de milhares de sem-teto ou de pessoas morando em casebres ou choupanas miseráveis, para não dar mais do que um exemplo. As "leis do mercado" implicam em desemprego conjuntural e estrutural. Será que produtores e produtoras sujeitos periodicamente ao desemprego são, de fato, quem determina seu próprio destino?

As pessoas têm o direito de pensar que o socialismo é, por sua própria natureza, utópico e irrealizável. Nós temos o direito de afirmar o contrário. A

História decidirá. Mas ninguém tem o direito de disfarçar sob a etiqueta de "socialismo" um regime que nega o fundamento essencial do socialismo. Seria o mesmo que afirmar que uma aldeia bantu no século XVI era uma economia capitalista.

Mercado contra autogestão

A experiência iugoslava, verdadeiramente trágica, confirmou que, longe de se determinarem reciprocamente, a autogestão operária (mesmo limitada à fábrica tão somente, o que já é pouco) e a economia de mercado se excluem mutuamente no longo prazo.

Os trabalhadores gozam de muitas prerrogativas ao nível da fábrica, inclusive o poder de despedir seu diretor, o que não é de desprezar. Mas, a partir do momento em que a sorte da fábrica depende do desempenho do mercado, o que por sua vez depende de numerosos fatores independentes dos trabalhadores — notadamente, o nível tecnológico de partida, o grau de monopolização dos produtos vendidos, o acesso diferenciado ao crédito, o acesso não menos diferenciado às divisas para importar equipamentos, matérias-primas, peças de reposição — eles podem ser penalizados apesar de todos os seus esforços. Sua empresa pode mesmo ser empurrada para a bancarrota pelo mercado.

Que sobra, então, da autogestão a não ser o "direito" de se demitir a si mesmo?

Mercado na transição

Se o "socialismo de mercado" é uma contradição até nos termos, isto não implica que, ao longo da construção do socialismo, isto é, na sociedade de transição entre o capitalismo e o socialismo, não seja inevitável a utilização de mecanismos de mercado. Em condições precisas, acrescente-se, quando as desproporções que se manifestam no seio do setor socializada da economia ultrapassam um certo patamar, conduzindo a um disfuncionamento cumulativo.

Devem atingir os setores nos quais uma socialização insuficiente do trabalho os torna mal preparados para a propriedade coletiva: o artesanato, certos setores de serviços como os conserjos, etc. Servem para eliminar a penúria, quebrando monopólios que tendem a não levar em consideração as necessidades dos consumidores — a agricultura e o comércio a varejo — sob a condição de que não se substitua um monopólio de Estado por um monopólio privado, mas que permita desenvolver uma competição entre vários setores, entre várias formas de propriedade e de empresa.

Mas o uso dos mecanismos de mercado só é válido quando facilita a transição para o socialismo, isto é, quando preenche certas condições. Deve ser

O uso dos mecanismos de mercado na transição deve ser visto sempre de forma isolada e como um recuo provisório.

visto como um recuo provisório e não como uma tendência que se estenderá cada vez mais. Permanece o objetivo de definhamento da produção mercantil, condição indispensável para a emancipação e a liberdade dos produtores(as) e não sua manutenção, até mesmo sua generalização.

Deve ser acompanhado de medidas necessárias para evitar que venha acentuar a desigualdade social e que atue em prejuízo das camadas menos remuneradas da população, que não desmantele o sistema de proteção social que é garantia de satisfação das necessidades básicas de todos os cidadãos e cidadãs.

Deve ser acompanhado de um reforço dos mecanismos da democracia socialista, de controle público e contraditório sobre todas as engrenagens da vida econômica e social, do real exercício do poder político pelos trabalhadores e trabalhadoras.

Do contrário, o mercado estimulará fortemente as tendências à burocratização do Estado, isto é, à expropriação política do proletariado pelas camadas materialmente privilegiadas que, por todos os meios, procurarão consolidar e ampliar seus privilégios.



UNE

Um Congresso entre o passado e o futuro

O 40º Congresso da UNE, realizado em Brasília, nos dias 21 a 24 de setembro, foi um congresso de passagem, de transição. Nele se manifestou com toda a força a herança negativa da crise do movimento estudantil nos últimos anos. Ao mesmo tempo, ele abriu possibilidades novas, revelou pistas para a superação da crise no período que temos pela frente.

Marildo Menegat

Desde a reconstrução da UNE, há dez anos atrás, o movimento estudantil vem sendo atravessado por uma dura contradição: o de ficar paralisado entre o desafio de tecer alternativas globais, democráticas e de massas para a crise da universidade e a dinâmica das infundáveis disputas despolitizadas entre as diversas correntes que atuam no movimento. Como consequência, existiu sempre uma grande dificuldade de estabelecer uma relação positiva dos estudantes com o processo ascendente de organização do movimento operário nestes anos.

Nos oito primeiros anos, o PCdoB dominou a direção da UNE. A entidade ficou distanciada da dinâmica independente do movimento operário, em uma aposta conciliatória com o PMDB e, depois, com a "Nova República". Prevaleceram as lutas isoladas, de caráter econômico, e a incapacidade de criar uma dinâmica nacional de massas.

A lógica de unificação das várias correntes petistas no movimento deu-se a partir do enfrentamento com o PCdoB. E as limitações políticas no 38º Congresso da UNE.

A não aceitação do princípio da proporcionalidade pela maior parte das correntes petistas — recusando como já havia feito o PCdoB, em todos os anos em que fora majoritário, a participação proporcional das chapas minoritárias na direção da entidade — só fez a dinâmica da disputa pela direção.

No 39º Congresso, realizado no ano passado, o PCdoB questionou o resultado do Congresso, não mais participando das instâncias da UNE e não reconhecendo a sua diretoria.

Proporcionalidade

Refletindo o processo de formação da Frente Brasil Popular — a dinâmica de unificação do movimento operário — O 40º Congresso da UNE aprovou, afinal, com 70% dos votos dos delega-

dos, o princípio da proporcionalidade, criando as condições para a reconquista da unidade da UNE, no campo da independência política.

A direção proporcional da UNE foi composta a partir dos 47,3% dos votos obtidos pela chapa SOS Universidade, vinculada ao PT, o que lhe garantiu dezesseis cargos na diretoria e a presidência; e dos 45,8% da Viração (PCdoB somados ao PCB e PSB), correspon-

dente a 15 cargos. A Causa Operária teve 3,2%; O Trabalho, 1,7% e os "anarquistas", 1,5%. Como o quorum mínimo era de 10%, ficaram fora da direção.

Esta unidade tem, no entanto, limites claros que precisam ser superados. O 40º Congresso da UNE não gerou nenhum processo amplo de lutas unitárias. As resoluções políticas aprovadas foram ainda muito fracas. A tarefa de

aprofundar o programa foi delegada a dois seminários a serem realizados no ano que vem, um sobre o movimento estudantil e outro sobre universidade.

Novas cores

Enquanto o movimento não consegue avançar o seu programa e a sua democracia, as disputas acabam sendo um complicado problema de "engenharia política". O 40º Congresso continuou reproduzindo os velhos vícios, como golpes, fraudes, pressões com uso de violência, etc. Como a contabilização do número de entidades é o que interessa, as polêmicas se resumem a uma equação de força realizada por surdos e mudos sem nenhuma aparente convenção de sinais em comum.

Como resistência a esta prática, cansados de serem polarizados entre frios cálculos de força, foi grande o número de estudantes que se afastou de qualquer vínculo partidário. Esta base de estudantes sem uma identidade partidária cresceu no 40º Congresso e boa parte deles passou à margem da disputa da direção da UNE. Dos 2.300 delegados credenciados — foi o menor congresso desde a reconstrução da UNE — nas duas votações em que foram contados os votos, nunca se ultrapassou a contagem de 1.900. Existiu uma porção de delegados que o Congresso não conseguiu interessar e ninguém polarizou.

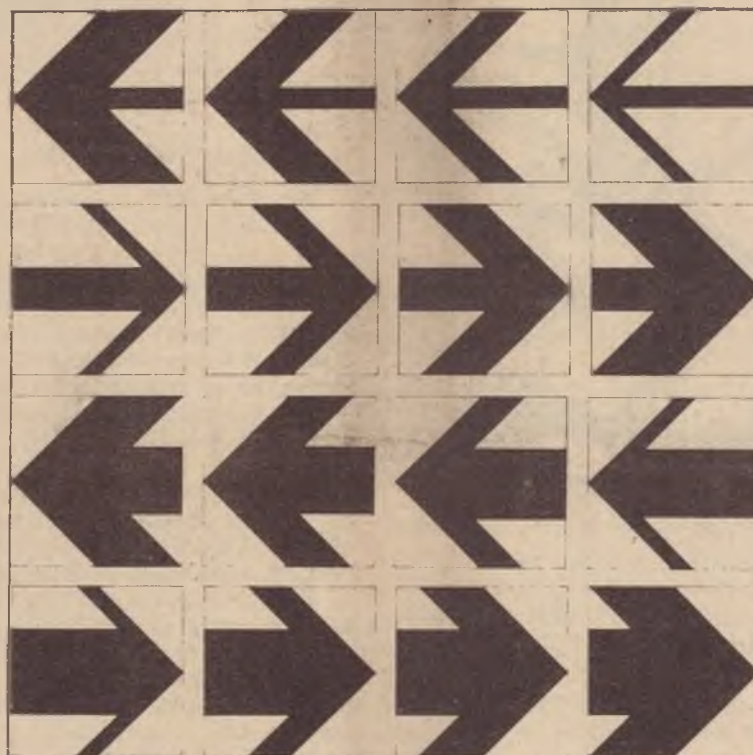
Foruns paralelos

Estes delegados são a expressão de algo real que está ocorrendo: a formação de um autêntico movimento "paralelo" ao lado do movimento estudantil "oficial". Este movimento, que são os encontros de áreas, tem reunido milhares de estudantes todos os anos.

O Encontro Nacional dos Estudantes de Direito, por exemplo, reuniu cerca de três mil estudantes e nele se difundiu um campo de elaboração, fortemente influenciado pelo marxismo e crítico às escolas jurídicas tradicionais. Processos semelhantes ocorrem também nos encontros de estudantes de agronomia, medicina e outros.

Apesar de insuficiências, nestes foruns se tem elaborado minimamente uma alternativa à função ideológica da universidade, ao papel do trabalhador intelectual na sociedade e uma série de questões que incidem no cotidiano dos estudantes.

É com este processo vivo de recriação do movimento estudantil que a nova direção eleita da UNE tem que se fundir, para que a rica perspectiva de aproximação com os trabalhadores ganhe uma dimensão de massas.



Uma estranha aliança

A tendência Democracia Socialista impulsionou no interior do PT a construção de um bloco alternativo à tradicional polarização entre agora chamada "Nova Esquerda" e a Articulação. Este bloco, cha-

aliança que se formou no partido. A Articulação, a Convergência Socialista e a "Nova Esquerda" decidiram que não seria realizada uma convenção ampla com a presença dos delegados petistas para a formação da chapa. Num conchavo já firmado, a presidência ficaria com a "Nova Esquerda", a



mado de Alternativa, aglutinou um grande número de companheiros independentes (principalmente da UERJ e da Bahia), os companheiros da Vertente Socialista e da Força Socialista.

A base programática da Alternativa centrava-se em três eixos: a democracia no movimento e uma nova prática nas entidades; a defesa de um papel social dos estudantes na luta de classes, do qual o Alfa Beta Ação (ver EM TEMPO Nº 239) é o primeiro esboço; a construção unitária do PT para cumprir esta tarefa.

Este processo de politização do PT foi, no entanto, bloqueado por uma estranha

Articulação teria a secretaria-geral e a Convergência a vice-presidência, restando para a Alternativa cargos secundários.

Além da estranha aliança — sem bases políticas comuns — foi, sem dúvida, um grave atentado à tradição democrática do PT no movimento estudantil. Este procedimento acabou por debilitar a presença do PT no Congresso, o qual se refletiu inclusive, pela escassa margem de votos obtidas frente à chapa organizada pelo PC do B.

Ao final do congresso, era impossível dissimular um certo sabor de derrota na base do PT.

Leopoldina / RJ

Do açoite da senzala à miséria da favela

1.º Encontro de Negros

A importância do movimento negro na luta pelo socialismo.

O Grupo Recreativo Bloco Carnavalesco Acadêmicos da Pênia e o Poeira Futebol Clube uniram-se aos sindicatos dos Coureiros e dos Metroviários, à CUT-RJ e ao PT-RJ, para apoiar a iniciativa da Secretaria do Movimento Negro do Diretório do PT da Leopoldina, para a realização do Primeiro Encontro de Negros da Leopoldina. As atividades culturais ficaram a cargo da Banda afro Dudu Odara, do Grupo do Pagode e do Grupo de Dança TransLart.

Na Leopoldina está o maior número de favelas do Rio. Lá existem numerosas fábricas, tanto metalúrgicas como de artefatos de couro, contando-se mais a De Millus, onde as costureiras travaram luta memorável contra a opressão e o desrespeito patronal. É um bairro proletário. A maioria da população é negra.

Negras escravas, mães solteiras

Como toda luta social para valer, o debate começou pela situação da mulher. A petista e militante negra, Jurema Batista incumbiu-se da colocação do tema. Fez a comparação entre as negras escravas e as atuais faveladas e mães solteiras. Trabalham para ajudar os maridos, vítimas do desemprego e dos salários de fome. Encabeçam a luta por creches e contra a repressão policial.

Outra petista, a professora Fátima, contou que a maioria de seus alunos, na escola pública, são negros. Veio ao Encontro para aprender a transmiti-los o ensinamento recebido.

Classe e cor da pele

O debate político foi aberto pelo ativista negro Amaury. Destacou a Marcha, por ocasião do centenário da abolição, interceptada pelo Exército. Impediram que o desfile negro passasse em frente ao Palácio do Exército, no Rio, onde fica o monumento a Caxias. Um enxame de policiais, federais e locais, policiais militares, revistavam todos os negros que transitavam naquela área. Amaury criticou o erro político da não-divulgação da denúncia da arbitrariedade racista em todo o país.

Criticou a fraca participação de dirigentes negros nas direções políticas e sindicais, para enfatizar a questão da formação política dos companheiros negros.

— Queremos nosso espaço na socie-



dade, disse Amaury. Por isso damos importância à existência de candidatos negros, por exemplo. Não se trata de botar um negro no lugar do branco, para oprimi-lo. A questão é de programa político, isto é, de classe, e não da cor da pele. Mas os negros devem ter o mesmo direito de todos — votar e ser votado.

O debate foi intenso. Durou três horas.

Coletivo Negro

A questão da organização foi colocada por Marcelo Dias. Mostrou que o Instituto da Pesquisa e Cultura Negra (IPCN) é desconhecido nas comunidades faveladas. Tem sede própria, mas não tem ligação com o povo. Portanto, é preciso entrar em massa no IPCN e colocar a entidade a serviço da comunidade, levar o debate para a favela. Em suma: organizar o Coletivo Negro da Leopoldina.

A proposta deu continuidade à iniciativa do debate. O coletivo fará sua primeira reunião em outubro, como organização aberta para quem quiser participar, para traçar um plano de trabalho, definir prioridades e normas de funcionamento. Um ponto já foi aprovado de saída: será feito, logo no começo, um Encontro com os estudantes do Colégio Gomes Freire (onde se realizou o Encontro), com debates e um evento cultural.

O Coletivo Negro da Leopoldina já é um fato.



Marcelo Dias

Já em 1982, escrevi um pequeno artigo para o EM TEMPO: sobre as violências racistas da PM no vergonhoso episódio do Morro da Cachoeirinha: cinco jovens negros, amarrados pelo pescoço, arrastados como nos tempos da escravidão. Agora, porém, já estamos mais na frente: iniciamos uma discussão e um trabalho articulado e coletivo nesta frente de luta.

As resoluções do V Encontro do nosso partido tocam genericamente na questão. Vamos tirá-la do papel e inseri-la em nossa ação. A situação objetiva de nossa comunidade exige uma posição militante do PT. Somos mais de 40% da população e o setor mais explorado da classe trabalhadora. Somos maioria absoluta dos detidos nas prisões imundas e superlotadas, das prostitutas, dos mendigos, dos presos nos manicômios. Vivemos nos porões da sociedade. Não podemos continuar calados.

Da senzala para a favela

Este país foi construído com sangue de nossa comunidade. Os escravocratas massacraram nosso povo na guerra do Paraguai, onde os carneiros nos usaram como bucha de canhão.

Os negros sempre lutaram. Rebelaram-se desde os navios negreiros. Muitos se jogavam no mar, preferindo a morte à escravidão. Mas nem todos optavam pela força ou o afogamento. Havia também os que organizavam rebeliões e motins em alto mar. Desde o desembarque dos navios negreiros, havia negros fugidos que iam organizar-se para lutar pela liberdade, nos quilombos gloriosos e heróicos. Nosso símbolo é Palmares, nosso herói é Zumbi, nossa data cívica é o 20 de novembro: dia da morte de Zumbi — Dia Nacional da Consciência Negra.

Em nossa história de lutas se inscrevem levantes como a revolta dos Malês, na Bahia, em 1835, com a participação de várias negras valorosas, como Luíza Mahin. No próprio ano da abolição, 1888, existiam vários quilombos pelo país afora. A abolição não foi

uma dádiva da princesa Isabel. Foi o resultado de uma combinação contraditória: a resistência crescente dos negros, a pressão da burguesia inglesa e, por cima de tudo isto, o fato da escravidão ter se transformado em um entrave ao desenvolvimento das forças produtivas.

Depois de ter sido bom escravo, o negro passou a ser mau trabalhador. Os escravocratas trouxeram trabalhadores brancos da Europa. O Brasil não podia ficar com a cara da África Negra. Tinham medo de um novo Haiti.

O samba da Mangueira sintetiza brilhantemente nossa situação de hoje: “Livres do açoite da senzala, presos da miséria na favela”. O samba de Vila Izabel também é expressão de nosso sentimento: “Valeu Zumbi, o grito forte dos Palmares”.

Momentos importantes

O que nos falta é dar continuidade a uma luta real que é assinalada por momentos importantes de ascenso. Registro, por exemplo, a fundação da Frente Negra na década de 30. Temos a obrigação de estudar esse movimento que congregou milhares de negros.

No final dos anos 70, foi criado o Movimento Negro Unificado Contra a Discriminação Racial (MNU), a partir de um grande ato público em São Paulo, protesto de massas contra o assassinato de um negro.

E no passado, tivemos a grande marcha contra a farsa da abolição, no Rio. Interrompida pelo Exército, não conseguiu chegar a seu destino que era o busto de Zumbi, na Praça Onze.

Mais recentemente, com a convocação do “1.º Encontro do PT sobre a questão racial”, reunimos, aqui no Rio, um Encontro Estadual de Negros Petistas com a participação de mais de uma centena de companheiros.

Há mais ainda: o movimento negro tem uma dimensão internacional. Este ano, tivemos, no Sindicato dos Metroviários, a presença do companheiro Vika, sindicalista da África do Sul, debatendo a situação de terror em que vivem nossos irmãos naquele país. Essa dimensão mundial torna nossa ação ainda mais urgente e imperiosa.

Polônia

Um salto no escuro

Entre a incerteza e a garantia de mais um fracasso, a burocracia polonesa optou por saltar no desconhecido.

Cyril Smulga

Pela primeira vez após quarenta anos, o primeiro-ministro de uma “democracia popular” não se originou do meio estalinista. A indicação para este posto de Tadeusz Mazowiecki, assessor direto de Lech Walesa e diretor do semanário do Solidariedade, evidencia a crise que abala a dominação burocrática na Polônia e no conjunto do bloco soviético.

Ela constitui para a direção burocrática polonesa, marcada por sua incapacidade de superar as conseqüências do ascenso operário de 1980-1981 e de “normalizar” seu regime, a última tentativa de se adiantar ao curso dos acontecimentos e de se dotar de uma margem de manobra face à pressão popular, refletida nos resultados das eleições de junho passado (ver EM TEMPO Nº 236) e na vaga de greves que vem crescendo desde o início de 1988.

O acesso de um representante do Solidariedade ao posto de primeiro mandatário do país marca igualmente uma ruptura da estratégia da “mesa redonda”, colocada em prática pelos dirigentes da oposição reagrupados em torno de Lech Walesa e a direção Jaruzelski da burocracia.

O acordo da “mesa redonda” foi concebido como uma concessão máxima que se adiantaria às reivindicações das massas, dotando o regime de uma fachada democratizada, permitindo assim a realização de medidas impopulares que envolvem o recurso ampliado aos mecanismos de mercado. Mas esta estratégia revelou-se insuficiente para frear a mobilização popular.

Ascenso das greves

De acordo com as estatísticas oficiais, 1988 foi o ano que conheceu o maior número de dias de greve desde o fim de 1982. Os órgãos do governo anotaram 202 movimentos grevistas dos quais 55 mil trabalhadores tomaram parte. No curso do primeiro semestre de 1989, tanto o número de greves como o número de grevistas aumentaram dez vezes. E isto apesar do apelo lançado a 19 de janeiro por Lech Walesa que declarou: “A Polônia não pode atualmente se permitir greves e eu não gostaria que as tensões grevistas se desenvolvessem (...) As condições existentes no país fazem com que cada um possa achar uma razão para fazer greve, mas a sabedoria indica que esta via não leva a parte alguma”.

Durante o primeiro trimestre, houve

254 greves e mais de cem mil grevistas. Em abril e em maio, houve 72 greves, mas a sua duração e o número de trabalhadores envolvidos aumentaram. Enfim, em junho — mês das eleições — e no início de julho, os conflitos trabalhistas conheceram um novo crescimento: 352 movimentos grevistas, entre os quais alguns envolvendo ramos econômicos inteiros. (*Rzeczpospolita* de 13 de julho de 1989). No mês de julho e sobretudo no mês de agosto, as paralisações foram ainda mais numerosas, ocorrendo greves gerais de caráter regional.

A constituição de um governo dirigido por um membro da oposição ao re-

pela explosão de greves operárias, os burocratas poloneses tendo colocado à frente do governo Wladyslaw Gomułka (antigo secretário do partido, marginalizado por “desvio titoista”), negociaram um compromisso com a hierarquia católica e abandonaram a coletivização no campo. Isolando assim a vanguarda operária antes de reprimir, e esvaziando de seu conteúdo os conselhos operários, conseguiram restabelecer a estabilidade do regime.

Em 1968, diante da radicalização da juventude e da dissidência intelectual no interior do próprio Partido Operário Unificado Polonês (POUP), o aparelho do partido recorreu a uma ignó-



Jaruzelski e Walesa no Parlamento polonês

gime é uma nova concessão às exigências dos trabalhadores. Pode-se, entretanto, duvidar que ela seja suficiente, diante da gravidade da situação material de vida da população e da força da aspiração popular de terminar, de uma vez por todas, com o que lembra direta ou indiretamente a dominação burocrática destes últimos 45 anos.

É sob o duplo efeito de um desmoronamento do modelo estalinista e da tomada de consciência da realidade desta crise pela direção do aparelho do Estado — partido polonês, que a oposição veio a ocupar postos-chaves na cena política. Os dirigentes da burocracia polonesa, confrontados há 25 anos com explosões sociais sucessivas, já haviam, de fato, tentado de tudo.

Gomułka e Gierek

Ao fim da guerra, os estalinistas conseguiram estabelecer seu aparelho de Estado, apoiando-se essencialmente na massiva presença militar soviética e na repressão burocrática.

Em 1956, quando o processo da desestalinização gradual foi ultrapassado

bil campanha anti-semita. Depois disso, o POUP, separando-se da inteligência, perdeu a sua coluna vertebral ideológica pensosamente constituída quando da desestalinização, afundou-se na mediocridade e tornou-se um ponto de atração de carreiristas.

Em dezembro de 1970, face à greve que inflamou os portos do Báltico, a burocracia após ter recorrido à tropa, mudou novamente o secretário geral e cedeu diante das exigências materiais dos grevistas. Durante dez anos, o novo secretário-geral — Edward Gierek — procurou impor uma ideologia consumista, acenando com a miragem de um carro individual para todos, face aos trabalhadores que aspiravam chegar ao poder que, constitucionalmente, lhes pertencia.

Tábua de salvação

A experiência foi paga com um pesado endividamento externo e uma crise econômica sem precedentes. Mas as aspirações econômicas insufladas, que continuavam insatisfeitas, produziram no verão de 1980 maior ascenso social

que a Polônia conheceu em sua história. O Solidariedade nasceu e a ruptura entre a burocracia e a classe operária foi definitivamente consumada. Face à rápida politização do movimento que começava a colocar o problema do poder, o aparelho burocrático mais uma vez recorreu à força militar em dezembro de 1981.

O estado de guerra não conseguiu conter a ressaca do descontentamento. Entretanto, ao desestruturar o Solidariedade, a repressão permitiu uma autonomização de suas esferas dirigentes. A direção do Solidariedade abandonou pouco a pouco o que, no programa do Sindicato elaborado em 1981, permitia avançar para uma alternativa socialista e democrática: a aspiração à socialização ao mesmo tempo da economia e do Estado através de um sistema articulado de autogestão dos produtores.

A tentativa de resolver a crise por uma redução do consumo dos operários e dos camponeses e a superexploração dos assalariados foi infrutífera. A burocracia perdeu o pouco de margem da manobra econômica que lhe restava e desperdiçou todas as suas reservas ao procurar amortecer o fogo grevista por concessões salariais caso a caso.

Diante da retomada da radicalização popular que gerou a emergência de uma nova geração militante, a cúpula da burocracia tomou consciência que a única tábua de salvação seria um compromisso político com os dirigentes do Solidariedade (que se tornaram adeptos de liberalismo econômico) e a aceitação das condições da burguesia imperialista, no sentido de abrir a via para os investimentos estrangeiros para permitir o relançamento da produção e assegurar a sobrevivência do Estado virtualmente falido.

O resultado desta tomada de consciência foi a adesão ao Fundo Monetário Internacional (FMI); a vontade agressiva de sair do isolamento diplomático no qual foi colocada pelas mobilizações de apoio ao Solidariedade e que impuseram aos governos imperialistas um distanciamento de Jaruzelski; a liberalização interna de forma gradativa; e, enfim, o aceleração das reformas políticas e econômicas, a partir do momento em que Jaruzelski conseguiu derrotar as resistências da burocracia.

Confrontada a escolher entre a incerteza e a garantia do fracasso, a burocracia polonesa escolheu o salto no desconhecido.

O fracasso

Dividido em várias alas, sem coesão ideológica, o POUP — o partido dos burocratas — se assemelha hoje a um exército desmoralizado.

O salto no escuro foi, entretanto, preparado por uma lenta mas contínua modificação dos papéis jogados pelos diversos aparelhos no seio do regime. Sob a cobertura da militarização, a equipe do general Jaruzelski afastou o aparelho do partido da gestão cotidiana do Estado, reestruturou a administração estatal, empreendeu uma transformação acelerada dos diretores das empresas em “gerentes” dotados de uma ampla autonomia de decisão e os encorajou a proceder experiências, especialmente no seio das sociedades anônimas.

O aparelho administrativo e econômico do Estado abandonou ao POUP o blá-blá-blá estalinista e desenvolveu um discurso pragmático próximo das teses liberais levantadas pelos dirigentes da oposição. As forças da polícia, e em particular as unidades antimotins (ZOMO), assim como os corpos de oficiais civis que constituem a polícia política, foram amplamente reforçados. Estes últimos, sob a liderança do general Kiszczak, jogou um papel chave na preparação das reformas políticas.

Enfim, a equipe de Jaruzelski fez com que os dirigentes do Solidariedade aceitassem uma modificação da Constituição que garante ao presidente (a eleição do general Jaruzelski a este posto foi admitida pelos dirigentes do Solidariedade) poderes suficientemente amplos para que a burocracia não fosse obrigada a ser importunada sem cessar pelo princípio ultrapassado do “papel dirigente do POUP”.

A constituição, desde o início do processo, de um governo dirigido por um membro do Solidariedade, não entrava certamente no quadro das previsões daqueles que dirigiam as negociações da “mesa redonda”. De fato, um tal governo procurará sem dúvida evitar colocar em perigo o essencial do frágil compromisso negociado há seis meses.

Além disso, os seguidores de Jaruzelski — os do POUP, mas também os dois partidos satélites que os dirigentes do Solidariedade, por interesse, apresentaram como fundamentalmente diferentes dos

primeiros, enquanto que se tratam amplamente de uma só e única família — manterão uma atenção especial sobre a performance deste governo.

Crise do POUP

Esta situação ameaça agravar as cisões no seio do POUP, ou até mesmo provocar passagens aceleradas de certos elementos da burocracia “para o campo dos inimigos”. Pois a moral das tropas do general Jaruzelski está baixa e são muitos os que se sentem à deriva.

É isto o que assinalou Mieczyslaw Rakowski após sua eleição para o cargo de primeiro-secretário do POUP:

“Vivemos em um período que torna às vezes difícil demarcar entre o que é inovador no socialismo, necessário e indispensável, e o que é uma concessão oportunista que conduz a diluir os princípios em torno aos quais o nosso movimento foi fundado e a partir dos quais nasceu a Polônia popular”.

Pior, o partido tem uma tendência de parar de cumprir seu novo papel de ligação ideológica entre os burocratas localizados nos diversos aparelhos. Rakowski enfatiza que “em inúmeras organizações de base, a atividade desapareceu ou está em vias de desaparecer”, antes de exortar: “Nós, camaradas, mesmo percebendo e analisando em profundidade as razões de nossos fracassos, erros e derrotas, não devemos cair de joelhos diante do adversário político. (...) Somos dois milhões! É um grande exército! Há nele uma grande força. Hoje esta força está em grande medida bloqueada, mas isto não deve continuar. Não permitamos que sejamos sufocados ou derubados pelos gritos demagógicos ou pela negação total dos resultados históricos das décadas passadas, durante as quais houve mudanças revolucionárias, progressistas para a nação, das quais nós somos os autores e às quais permaneceremos ligados para sempre” (Rzeczpospolita de 31 de julho de 1989).

Isso não conseguiu impedir as divisões ocorrerem no seio do partido, que tem aliás se

enfraquecido. A média de idade de seus membros se aproxima dos cinquenta anos. Além disso, de acordo com Mariusz Gulczynski, um cientista político membro do POUP, entre os 2,1 milhões de membros, 900 mil são dirigentes em diversos níveis. O resto dos efetivos do POUP se origina — além de um grande número de aposentados — do aparelho dos sindicatos oficiais (OPZZ), desconsiderado por seu papel após a dissolução do Solidariedade e dispendo de bases precárias nas empresas.

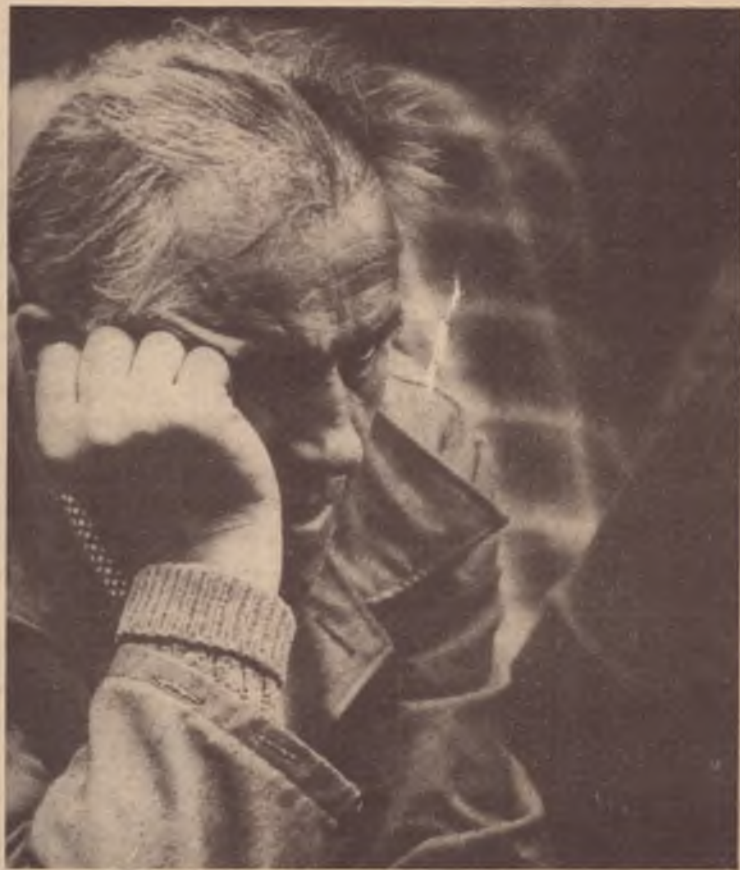
Este aparelho procura se distinguir criticando o governo, apoiando as greves que explodem espontaneamente e procurando liderá-las, na esperança de poder concorrer assim com o Solidariedade. Ele procurou também — sem grande repercussão — fazer um grande lance quando da “mesa redonda”, em especial levantando a questão da escala móvel de salários.

Divergências explosivas

Divergências de interesses existem objetivamente entre, de um lado, os aposentados, em relação aos quais Gulczynski afirmou que “suas biografias terminaram no momento da crise do socialismo” e para os quais “admitir que o que passou foi injusto equivale a colocar em causa o sentido de suas vidas”, e, de outro lado, os burocratas que se lançaram a fundo na aventura da privatização e os membros do aparelho do sindicato oficial (OPZZ).

Este é um dos fundamentos da crise do partido que explodiu abertamente quando do XIII plenum do POUP, no fim de julho deste ano. Ao apresentar sua demissão do cargo de secretário-geral do Comitê Central encarregado das questões econômicas, Wladyslaw Baka, após ter criticado a política governamental no que se refere à luta contra a inflação e à estabilidade do zloty, assinalou que existe “uma divergência a respeito das concepções e dos métodos de resolução dos problemas socio-econômicos do país”.

Afirmando seu acordo com as opções gerais — economia de mercado, privatizações — ele



Operários dos estaleiros de Gdansk: momentos de desacertos e ilusões

criticou a maneira pela qual esta tem se realizado. Em particular, ele criticou “a criação das sociedades anônimas parasitárias, que vendem produtos e matérias-primas deficitárias e extraindo daí rendimentos fabulosos” e insistiu sobre a necessidade de desenvolver prioritariamente um sistema de ações para os assalariados (Rzeczpospolita de 31 de julho de 1989).

Entretanto — e este é o elemento novo ligado à modificação do papel do partido na estrutura do poder burocrático — a ruptura anunciada por certos representantes, como o professor Jerzy Wiatr ou pelo secretário do Comitê Central Leszek Miller, pode ser evitada por uma modificação das normas de funcionamento.

A resolução adotada pelo plenum precisa com efeito: “A

unidade não é possível senão em condições de uma democracia interna ampliada. Isto implica a liberdade de debates, a possibilidade de aparição de diversas tendências e posições políticas, e inclusive o direito de formular plataformas programáticas alternativas. Isto não exclui igualmente a possibilidade de que a minoria guarda o direito de defender suas posições” (Rzeczpospolita de 2 de agosto de 1989).

A indicação de Tadeusz Mazowiecki para o cargo de primeiro ministro agravou também as tensões no meio do Solidariedade, inclusive em seus setores dirigentes. Após a surpresa que foi para eles a esmagadora vitória eleitoral, os dirigentes mais próximos de Lech Walesa tudo têm feito para se manter nos limites, já parcialmente superados, dos acordos da “mesa redonda”.

“Nós, camaradas, mesmo analisando em profundidade as razões de nossos fracassos, erros e derrotas, não devemos cair de joelhos diante do adversário político.” Rakowski, primeiro-secretário do POUP.

A ilusão

A idealização ingênua do capitalismo, identificado a uma abundância de bens, se difundiu entre os militantes do Solidariedade como no seio da sociedade em seu conjunto.



O episódio da eleição, no dia 19 de julho, do presidente da República comprova a desorientação do Solidariedade.

Quando se soube que Jaruzelski devia sua eleição aos votos dos parlamentares eleitos sob o lema do Solidariedade, o sindicato foi sacudido por um vento de indignação. É significativo que foi após este fato que, contrariamente à decisão de ter uma atitude de oposição construtiva para com o governo que o general Kiszczak havia sido encarregado de formar, Lech Walesa surpreendeu todos os seus colaboradores, declarando em um comunicado no dia 7 de agosto último: "As últimas decisões tomadas pelo poder, no que diz respeito à indicação do novo primeiro-ministro, demonstram que o monopólio atual será mantido. Isto reforça a crise de confiança e representa aos olhos da sociedade, a confirmação dos receios de que nada se alterou no essencial. (...) Uma vez mais, eu me levanto contra a formação do novo governo pelo general Kiszczak. A única solução na situação atual é a indicação de um conselho de ministros assentado na coalizão so Solidariedade, do ZSL e do SD (Rzeczpospolita de 8 de agosto de 1989). Além disso, ele comunicou oralmente que era partidário de um governo "sem os comunistas", o

que os dirigentes parlamentares do Solidariedade se apressaram em esquecer.

"Privatização"

O comportamento pessoal de Lech Walesa foi, aliás, objeto de numerosas críticas públicas da parte de outros dirigentes do Solidariedade.

O governo de Tadeusz Mazowieck continuará, segundo o que tudo indica, a política econômica de seu antecessor Mieczyslaw Rakowski. Lech Walesa afirmou em uma recente entrevista concedida ao diário italiano *Il Messaggero*: "Ninguém até agora tomou a via que leva do socialismo ao capitalismo. É isso o que procuraremos fazer: voltar à situação de antes da guerra (quando a Polônia era um país capitalista), após ter percorrido um longo período de socialismo. (...) Tomamos por modelo econômico e político os países ocidentais que obtiveram bons resultados (*Il Messaggero*, 22 de agosto de 1989).

Isto se acresce ao fato de que, bem antes de ter assumido responsabilidades governamentais, os dirigentes do grupo Walesa pronunciaram-se pelo respeito às exigências do FMI. Assim, o professor Witold Trzeciakowski, senador do Solidariedade, tornou público um plano econômico voltado para ir ao encontro das

medidas propostas pelas instituições financeiras internacionais.

Em nenhum momento os dirigentes do Solidariedade declararam-se dispostos a recusar a pagar a dívida externa! Entretanto, se desde o início de 1971 e até o fim de 1988, a Polônia obteve 48 bilhões de dólares de créditos diversos, ela, neste mesmo período, reembolsou 44 bilhões de dólares. Seu endividamento está em 39 bilhões de dólares, dos quais cerca de 12 bilhões representam juros capitalizados.

O giro mercantil

Até agora, os dirigentes do Grupo Parlamentar Cívico (OKP) reafirmam o seu acordo geral com as orientações da reforma econômica mercantil e sobre a necessidade da privatização, sempre criticando as "patologias" do processo de privatização em curso.

Estas críticas refletem uma grande insatisfação entre os trabalhadores diante das evidências da "privatização da burocracia", críticas aliás retomadas igualmente, pouco depois, pelo POUP. Elas têm em comum, de um lado, uma idealização dos mecanismos mercantis e, de outro, a repulsa perante as suas manifestações concretas.

Testemunhando a ingenuidade da concepção mercantil entre os eleitos pelo Solidariedade, o deputado Marek Jurek afirmou: "muitos entre nós apoiam privatização fundada sobre a generalização do acesso à propriedade, sobre uma bolsa que funciona normalmente e também sobre a participação dos assalariados na propriedade. O que nos inquietaria é o fato de que os operários continuem proletários e que os "burocratas" se transformem em capitalistas" (citado no *Rzeczpospolita* de 2 de agosto de 1989).

A idealização ingênua do capitalismo, identificado a uma abundância de bens se difundiu tanto entre os militantes do Solidariedade como no seio da sociedade em seu conjunto. Ela é um subproduto do modelo de sociedade de consumo lançado durante os anos setenta pela burocracia, dirigida por Edward Gierek; dos anos de propaganda estalinista sobre o tema "de alcançar e ultrapassar" o Ocidente; e, enfim, da ideologia desenvolvida

pelos economistas poloneses, tanto os oficiais como pelos assessores do Solidariedade.

Ela pode, em um primeiro momento, facilitar a aspiração a uma restauração do capitalismo. Mas este processo criará desilusões rápidas, pois o modelo de economia de mercado à polonesa, isto é, uma economia sacudida pelas exigências do FMI será exatamente o contrário das visões ingênuas de hoje.

Além disso, os militantes do Solidariedade são bastante sensíveis neste ponto. A realização destes projetos constitui um fator de divisão potencial das forças sindicais.

Solidariedade e poder

As opções políticas e sociais da direção Walesa não permitiram até o momento tirar vantagens da legalização do Solidariedade no sentido de reconstruir um sindicalismo hegemônico, como em 1980-1981. O Solidariedade conta atualmente 2,7 milhões de membros e várias estruturas sindicais recolhem com desagrado suas cotizações para a central — o que evidencia falta de confiança na direção.

Lech Walesa mostra-se satisfeito com esta situação: "Não visio construir um sindicato forte — declarou ele a uma jornalista de *Polityka* (19 de agosto de 1989) — pois um Solidariedade de dez milhões de membros será um obstáculo ao poder e ao governo e eu não quero enforçar ninguém. Hoje, é necessário ser polonês antes de ser sindicalista e uma tal atitude impõe uma outra hierarquia de valores: em primeiro lugar a economia, depois o resto."

Assim, a crise do regime e as concessões que ele foi levado a dar não têm comparação com aquelas dadas em 1981. Mas o nível de auto-organização das massas é muito mais fraco. Quando das greves, os trabalhadores formam seus comitês, mas na ausência de um impulso para centralizá-los e enquanto a desconfiança para com as estruturas do Solidariedade continua grande, estas formas de auto-organização não conseguem se desenvolver.

A questão do poder, colocada objetivamente pelo resultado das eleições de junho e a incapacidade da direção burocrática, não encontra saída pe-

lo movimento operário. Pois o governo de ampla coalizão que Mazowiecki se apressou a formar não será visto pelos trabalhadores como sendo seu governo, mesmo que ele desfrute, durante um certo período, de um juízo favorável.

Qual política operária poderia permitir reforçar a confiança em si e a atividade das massas? É a questão que está colocada, hoje, para os militantes políticos radicais opositores à orientação de Lech Walesa. Eles estão chamados a apresentar uma lista de reivindicações

Reivindicações operárias

Trata-se, de um lado, daquelas reivindicações que se referem a atual situação econômica e que lembram aquelas lançadas há nove anos, em agosto de 1980: escala móvel dos salários e benefícios sociais, redução dos rendimentos superiores ao dobro do salário médio, supressão dos privilégios etc.

Ligado a isso, trata-se de propor a recusa das receitas do FMI e de outros centros imperialistas e o não pagamento da dívida. Sem esquecer as reivindicações que se relacionam com as liberdades: supressão da censura, extinção da polícia política, direitos sindicais no exército e na polícia, eleição de todos os dirigentes econômicos e, em primeiro lugar, dos diretores. Elas atingem a supressão dos privilégios do POUP enquanto organização política — e, em particular, aquela avançada em 1981 quando nos referendos em numerosas empresas: o não custeio pela empresa dos salários dos profissionais do POUP em seu seio.

Aquelas reivindicações, enfim, que se referem ao problema do poder político: eleições livres e proporcionais de uma Assembléia Constituinte, tanto mais atual na medida em que o POUP apressou-se em propor uma modificação da Constituição pela atual Assembléia Nacional que, é bom lembrar, não foi senão parcialmente eleita.

Se em torno de tais reivindicações o movimento de massas auto-organizado pudesse renascer, ele poderia colocar a questão de um governo do Solidariedade apoiado nos comitês de base e encarregado de efetivar suas reivindicações.

Um anti-estalinista no

Entrevista com o historiador Yuri Afanasiev

Yuri Afanasiev é o diretor do Instituto de Arquivos do Estado da URSS. É, portanto, um dos responsáveis pela tarefa de recuperar a verdade sobre a história da revolução russa, oculta durante décadas nas estantes do Instituto que atualmente dirige.

Pode se dizer que assumiu seu trabalho com seriedade e ousadia. Mantém pontos de vista anti-estalinistas radicais, o que lhe tem causado muitos problemas e, ao mesmo tempo, uma grande autoridade científica e política.

Tariq Ali, um veterano revolucionário, o entrevistou em Moscou. A entrevista foi publicada originalmente na revista teórica marxista editada na Inglaterra, New Left Review. Reproduzimos aqui os seus trechos principais.

- Como diretor do Instituto de Arquivos do Estado, Você tem se pronunciado contra qualquer zona proibida no estudo da história. Poderia explicar por que os exames de história foram cancelados em toda a União Soviética?

Afanasiev - Penso que a resposta é muito simples, apesar de que o problema com o qual nos enfrentamos é em si mesmo complexo. É um fato que os livros didáticos em nosso país, especialmente aqueles que dizem respeito à história soviética estão completamente falsificados. Não só falsificados em alguns aspectos ou detalhes menores, mas falsificações totais. E fazer com que os adolescentes repitam todas estas mentiras nos exames é francamente imoral. Portanto, não tivemos outra opção. Naturalmente, é somente uma medida temporária, mas penso que era necessária.

- Estão sendo escritos novos livros didáticos?

Afanasiev - Sim, alguns passos têm sido dados. Encarregou-se esta tarefa a algumas pessoas e há equipes especiais de autores. Mas sobre isto há algo que eu simplesmente não posso aceitar e expressei meu desacordo mais de uma vez. O que penso é que é injusto, incorreto e contra-producente que todo o país tenha simplesmente que seguir apenas um só livro didático. É uma continuação da linha autoritária e monolítica no campo da pedagogia, baseada no princípio que você deve estudar e apren-

der apenas o que lhe é oferecido. Nada mais. Este tipo de linha é completamente negativo e deve ser rejeitado. Não apenas se deve ter acesso a uma ampla seleção de textos, senão também a uma ampla seleção de livros que podem se contradizer. Esta é a única maneira de desenvolver as faculdades críticas de nossos estudantes. Tanto o professor como o estudante devem ter opções.

- Entre todas as pessoas que participaram do debate sobre a história, você tem sido o mais insistente em reclamar justiça para todos os antigos bolcheviques sem exceção. Até agora o processo de glasnost reabilitou a quase todos: Bukarin, Zinoviev, Kamenev, Rykov, Rakovsky, etc. A alguns deles se devolveu postumamente sua condição de militantes do partido. A questão de

É impossível desfazer-se do legado de Stalin sem desfazer-se do estereótipo estalinista de Trotsky.

Trotsky, entretanto, continua sem ser resolvida. Por que?

Afanasiev - A questão de Trotsky é muito especial em vários aspectos: pelo menos é o que eu acho. Em primeiro lugar, nenhum dos bolcheviques da velha guarda em torno de Lenin teve um papel tão grande como Trotsky, tanto na revolução como na guerra civil que se seguiu. Além disso, Trotsky foi o único da velha guarda de Lenin que criticou abertamente Stalin e o estalinismo. Em terceiro lugar, Trotsky é parte integrante da história da Internacional, especialmente no que diz respeito à análise e evolução do regime de Stalin. Também neste aspecto não se parece com ninguém da velha guarda. Esta é uma questão central, porque desfazer-se dos estereótipos sobre Trotsky é uma medida de nosso êxito em desfazer dos últimos vestígios do estalinismo. Não sou um simpatizante de Trotsky mas estou a favor de uma valorização objetiva de seu papel em nossa história. Devemos informar amplamente seu trabalho e suas atividades e ter a mente aberta sobre este assunto. É impossível desfazer-se do legado de Stalin sem desfazer-se do estereótipo estalinista de Trotsky. Por esta razão, insisto sobre a objetividade e dou uma especial importância a este assunto. E por isso faço um apelo à reabilitação de Trotsky.

- Você leu o livro de Trotsky *História da revolução russa*?

Afanasiev - Sim; não em russo mas em francês. A todas as suas obras principais tive acesso em francês. Creio que sua

história.. pode ser conseguida em russo mas não foi publicada por aqui.

- Qual é o seu ponto de vista sobre este livro, falando como historiador?

Afanasiev - É um livro notável e deve estar disponível junto com outros escritos sobre a revolução: os de Plekanov, Sukanov, Lenin, Martov e outros. Todos estes livros devem ser lidos e avaliados. Existem histórias feitas pelos que propuseram e foram arquitetos da revolução e também de seus opositores. Há histórias que defendem a revolução de outubro e Trotsky se acha entre eles. Martov e Sukanov estão em uma categoria ligeiramente diferente.

Bukarin vai ser publicada nestes dias. Esta é uma boa notícia, mas seguramente esta lista deveria ser ampliada.

Afanasiev - Não sou eu quem decide. Portanto, é muito difícil para mim responder a esta questão. Pessoalmente penso que é completamente possível que Deutscher seja publicado um destes dias. É mais fácil publicar a historiadores não-marxistas porque eles procuram ser objetivos. Deutscher está orientado ideologicamente e partidariamente. Não vejo nada que não seja não natural nisto e penso que seus livros devem ser publicados. Suas simpatias trotskistas são muito claras mas isto pode ser explicado em uma nota do editor.



E, de outro lado, estão os opositores diretos de outubro, como Kerensky e Milyukov. Todas estas posições devem estar disponíveis e se julgadas sobre a base de se corresponderem à lógica e os fatos ou não.

- Antes de sua morte em 1967, Isaac Deutscher (historiador, autor de uma clássica biografia de Trotsky) expressou, em várias ocasiões, sua esperança de que seus livros fossem algum dia publicados na União Soviética. Com o advento da glasnost seguramente chegou este momento. Lemos nos jornais que a biografia de Stephen Cohen sobre

- Deutscher foi publicado na China.

Afanasiev - Sim, eu penso que seus livros são muito interessantes. Contém fatos abundantes e as interpretações dos fatos. São livros muito valiosos. Houve muitíssimos comentários depreciativos sobre seus livros na União Soviética e houve um tempo em que nós costumávamos moldar nossos pensamentos sobre a base destes comentários.

- Em seu livro *A revolução inacabada* (uma série de conferências que se deu pouco antes de sua morte; me disseram

país da Perestroika

que foi traduzida e está na biblioteca do Comitê Central do PCURSS), Deuscher previu a emergência de uma corrente de reforma dentro do PCURSS ?

Afnasiev - Li este livro há muito tempo e não recorro tudo o que há nele. Mas recorro que me produziu uma impressão favorável. Devo agradecer-lo por haver me recordado deste livro.

- Gostaria de lhe perguntar sobre o pluralismo. É um debate muito interessante porque nós que somos socialistas no Ocidente sabemos que é completamente possível ter três grandes partidos que, ainda que estejam em desacordo sobre a velocidade de qualquer mudança social, estão unidos na tarefa de conservar o marco da sociedade capitalista. Desta maneira, ter mais de um partido não significa necessariamente um pluralismo de idéias. Isto é verdade especialmente nos Estados Unidos, onde há diferenças táticas importantes entre o Partido Republicano e o Democrata, mas nada de fundamental ou estratégico

Creio que as tendências e frações devem existir dentro do partido, que deve representar uma comunidade de idéias independentes.

os separa.

Alguns de nós acompanhamos muito de perto os debates na União Soviética. A questão é esta : se existe um pluralismo de idéias, não é possível legislar que se deve limitar o pluralismo a este terreno. Há que se supor que se chegará a uma situação na qual pessoas que crêem em certas idéias desejarem se organizar em torno de pessoas com idéias similares. As idéias raramente continuam existindo isoladas. Em 1918-19, por causa da guerra civil, todos os partidos soviéticos foram, de fato, proibidos, exeto o Partido Bolchevique governante. Na época do X Congresso do Partido em 1922, todos os líderes do Partido Bolchevique insistiram na idéia de que a proibição de tendências e frações dentro do partido (em outras palavras, considerar ilegal a discussão dentro dos bolcheviques) era uma medida temporária. Stalin utilizaria depois esta proibição para institucionalizar o autoritarismo no país.

Na minha opinião, foi a proibição dos demais partidos soviéticos - como os mencheviques e os socialistas-revolucionários de esquerda - o que abriu o caminho para excluir o pluralismo dentro do próprio partido. Se o pluralismo dentro do partido conduz à emergência de outros partidos não será o fim do mundo. Não pensa que é perfeitamente possível incluir outros partidos dentro do sistema soviético e avançar até uma

forma de democracia que seja muito mais real em termos de participação de massas, que qualquer democracia capitalista existente ?

Afnasiev - Bem, devo dizer em primeiro lugar que estou de acordo com você. Para mim, o que você disse é perfeitamente aceitável. Afirmo o mesmo que

Em segundo lugar, creio que as tendências e frações devem existir dentro do partido, que deve representar uma comunidade de idéias independentes. Devemos ter diferentes plataformas que articulem várias posições políticas e é isto que sucederá em breve. Vai ser um desenvolvimento sadio sempre que as frações não se comportem organizativamente de

- As vezes, expressa-se um temor, dentro e fora da União Soviética, de que nesta situação crítica, data a relação de forças existente dentro do aparato, Gorbachev e Yakovlev possam ser deslocados como ocorreu com Krushchev em 1964. Acredita que exista esta possibilidade ?

Afnasiev - Na minha opinião, hoje em dia não temos nenhuma garantia neste tema. Só contando com instituições políticas e sociais que prevejam a proteção necessária, poderíamos conquistar estas garantias. O processo de democratização tanto no partido como na sociedade, tem um longo caminho a percorrer. Pelo momento, temos apenas um esboço deste caminho. É evidente que fizemos muitas coisas. A glasnost é hoje uma realidade e representa um avanço tremendo para todo o país. Mas temos que reviver os soviets que têm estado mortos até agora. As organizações políticas e sociais têm que romper com o modelo antigo e começar a corresponder

É óbvio que Stalin e o estalinismo prejudicaram o projeto socialista mais que todas as ideologias burguesas juntas.

às necessidades de uma sociedade democrática. Temos muitíssimo que fazer para construir as instituições que possam garantir a democracia soviética. Não devemos nos inibir pelas qualidades pessoais da direção. É óbvio, devemos celebrar que Gorbachev e Yakovlev possuam estas qualidades, mas esta, por si só, não são suficientes para que os processos de perestroika e democratização se tornem irreversíveis.

- Muitos de nós que continuamos a ser socialistas no Ocidente estamos começando a considerar a União Soviética outra vez um país de esperança. Se vocês tiverem êxito, isto poderia ajudar o renascimento do socialismo de massas em outros lugares. Neste sentido, a luta pela democracia socialista é importante não só para vocês mas para todo o mundo.

Afnasiev - Penso que a maioria de nós está bem consciente deste fato. Para mim, é óbvio que Stalin e o estalinismo prejudicaram o projeto socialista mais que todas as ideologias burguesas juntas. O estalinismo desacreditou a idéia do socialismo. O que muda as coisas não é a qualidade de nossas publicações e nossos debates. É a mudança na própria vida dentro da URSS que ajudará o socialismo em qualquer outro lugar do mundo. Não pense que subestimemos as dificuldades com as quais se chocam os socialistas e os partidos operários no Ocidente, que têm que lutar pelo socialismo tendo diante de si o modelo de Breshnev, Kunaev e companhia. Tenho consciência de quanto desacreditamos o socialismo.



Cartaz de V. e G. Stenberg

você sobre a X Conferência do Partido. A resolução sobre as tendências e frações foi aprovada com a idéia de que se tratava de uma medida temporária. Mas a "medida provisória" durou de 1921 a 1988. É impossível considerar normal esta situação.

O partido não deve representar um monolito porque um monolito é algo totalmente sem vida como uma pedra. É óbvio que as diferenças de opinião são perfeitamente normais em um partido político e penso que na etapa atual há uma ampla esfera de ação para o desenvolvimento de um pluralismo de idéias inclusive no marco do sistema de um só partido - desde que o partido seja transformado radicalmente. Que significa isto? Significa que o partido deve abandonar o método de funcionamento autoritário e administrativo e, em seu lugar, deve dirigir por meio da persuasão e da participação. Em outras palavras, um partido deve dirigir não pela autoridade de sua força física mas através da força de sua autoridade moral. É nesta direção que nos estamos movendo e é esta razão pela qual este assunto foi muito debatido na XIX Conferência do Partido.

modo contrário aos estatutos.

Com respeito à presença de outras organizações, é já um fato. Na Estônia está legalmente registrada a Frente Popular pela Perestroika e há mais de mil grupos não oficiais em nosso país. São parte de novas realidades políticas. Nas vésperas da XIX Conferência do Partido assisti a uma conferência de grupos independentes, não oficiais em Moscou. Haviam estudado e discutido as teses do Comitê Central para a Conferência do Partido e haviam elaborado posições sobre elas. Tenho que dizer que me impressionou sua seriedade. O partido deve ver isto como uma parte do crescente processo de democratização que deve ser levada em consideração. Não se deve ignorar estes grupos, nem tampouco há que tratá-los de maneira condescendentes. Penso que nossa vida começa a se desenvolver do modo como você sugeriu, apesar de que com perfis não definidos. Ainda há problemas e continuam a haver atitudes de hostilidade ao movimento de massas e seus líderes. Mas as coisas se movem na direção correta.

Quinta-feira, dia 10 de agosto, 100 mil pessoas atenderam ao chamado das "Madres" e encheram a Plaza de Mayo em uma manifestação contra a anistia aos militares e a fome. Muito próximo dali, o presidente argentino explicava à imprensa como será o indulto que vai dar aos militares condenados por violação aos direitos humanos. Não, ele não se chama Angeloz. Este foi derrotado pelo voto popular. Chama-se Menem, do Partido Justicialista, herdeiro de Perón.

Carlos Saúl Menem prepara o terreno para anunciar medidas que terminam com os julgamentos pendentes e colocam em liberdade os ex-comandantes Videla e Massera, entre outros, e os coronéis Aldo Rico e Mohamed Ali Seineldín. Com eles, outros 250 integrantes das Forças Armadas que estão sendo processados e oito condenados pela Justiça. Rico e Seineldín estiveram diretamente envolvidos nas três rebeliões militares — Semana Santa, Monte Caseros e Villa Martelli — que serviram para afirmar a presença militar da ultra-direita argentina, criando um clima de medo e ritmando as negociações entre setores militares e o governo.

A anistia que Menem dará aos militares, responsáveis pelo seqüestro, tortura e desaparecimento de trinta mil pessoas, o funcionamento de 365 centros clandestinos de tortura e tantos outros crimes aberrantes cometidos durante a ditadura militar tem o significado de uma restauração destes setores no poder. Isto fica claro quando analisamos outras iniciativas de Menem.

Astúcia dos caudilhos

Anunciado o Ministério de Menem, ficou claro para onde vai seu governo. A astúcia de Menem surpreendeu muita gente, mas por puro desconhecimento de sua história política. Menem derrotou Angeloz, da União Cívica Radical, em maio último, depois de ter construído bases de massa como candidato peronista, derrotando Antonio Cafiero, que teve um papel importante na história recente do Justicialismo, afastando os setores mais conservadores.

Menem obteve 54% dos votos peronistas, contra 45% de Cafiero, numa eleição em que votaram mais de 1,5 milhão de peronistas. Enquanto Cafiero enfrentava as figuras autoritárias do justicialismo, Menem construiu a sua candidatura do "interior ao centro": fora da disputa que aquecia o partido, recolheu o apoio de líderes intermediários do peronismo, descontentes e frustrados em suas aspirações de atenção e poder. Chegou à disputa com Cafiero sem desgastes e com uma base sólida atrás de si.

Bung y Born no poder

No governo, Menem escala um time de fazer inveja ao derrotado Angeloz, da UCR: para o Ministério da Economia, Miguel Roig, executivo da Bung y Born, a mais importante empresa privada Argentina. Roig entrega a Secre-

taria de Coordenação Econômica a um colega seu, também da Bung y Born, Orlando Ferreres. Só este gesto de Menem já basta para qualificar a política econômica de seu governo.

A história da Bung y Born é a história da fome do povo Argentino. Instalada em 1876 na Argentina, em 1910 já detinha 80% das exportações. Logo controlava a Sociedade Rural Argentina, a União Industrial, a Câmara de Comércio e atualmente também o Conselho Publicitário e o Fórum da Livre Empresa. De 1945 a 1955, sob o governo de Perón, suspendeu seus negócios no país.

Com a queda do peronismo em 1955, retoma os investimentos e em 1960 já era o maior grupo do Hemisfério Sul. Em 1964, possuía 56 empresas, com uma inversão de 200 milhões de dólares, 17.800 empregados e um faturamento anual de cerca de US\$ 200 milhões. Atualmente é um império econômico maior que a Cola Cola e comparável à Nestlé. Está instalado em 80 países, empregando mais de 60 mil pessoas. Seus negócios estão estimados em 10 mil milhões de dólares.

Vítima de um infarto, Roig é substituído por Nestor Rapanelli, também ligado a Bung y Born.

Para o Comércio Internacional foi alçado um liberal da corrente de Alsogaray, Alberto Albamonte. Na Fazen-

da, Rodolfo Frigeri, na Agricultura, Felipe Solá, ambos peronistas renovadores. No Banco Central, o liberal Javier Gonzales Fraga. Na YPF, a empresa estatal do petróleo, Otávio Frigeri e na Entel, de telefones, Maria Julia Alsogaray, herdeiros do liberalismo conservador. Seu pai, Alsogaray, é assessor especial da presidência, com a incumbência de renegociar a dívida externa.

Com este time, Menem já anunciou seu plano econômico: privatizações, através do Plano Dromi, que consiste na conversão de bônus da dívida externa e interna em ativos estatais, como primeira prioridade. Junto com isso, apertar os cintos. Depois da crise da hiperinflação, as perdas salariais chegaram ao insuportável e todos esperavam o "salariazio" prometido por Menem. Ele não veio. A única medida na área social é dirigida ao controle dos setores marginais, desempregados, chamados a trabalhar por tarefa para o estado em troca de ranchos alimentares — o chamado Plano "PAN".

O escritor e filósofo argentino León Rozitchner denunciou recentemente que "ao lado da entrega da condução econômica às multinacionais, em um plano neoliberal radical, os meios onde se desenvolve a pedagogia política do sistema também são controlados pela direita". Os fatos: as rádios estatais,

como Belgrano e Excelsior, e a estação de tv estatal (ATC-7) estão sob controle da extrema direita. No caso da ATC, gente ligada ao almirante Massera. Menem ordenou a privatização urgente dos canais de tv 11 e 13, estatizados no último governo peronista e aventou a possibilidade de fechá-los até que sejam vendidos. Os diários Clarín e **Ámbito Financiero** disputam o Canal 13, com o que o monopólio da informação se estreitaria ainda mais.

Este controle dos meios de informação, na opinião da esquerda argentina, prepara um endurecimento do regime para por em prática seus planos econômicos.

Contradição

O economista Eduardo Basualdo, professor universitário e autor do livro "O Poder dos Oitenta", sobre a dívida externa argentina, opinou. "o plano econômico de Menem é uma derrota importante para os setores populares. Está claro que este Estado — que operou crescentes subsídios e transferências dos impostos indiretos, retirados da massa salarial, para os maiores grupos econômicos do país e para o capital internacional, através do pagamento da dívida — não serve aos setores populares. Por outro lado, ao que parece, o estado ditatorial já não serve também às classes dominantes. O problema é que a solução para uns e outros difere: liquidar o patrimônio do Estado em benefício da burguesia ou romper com esta política e devolver à população o que é público, através do controle e uso democrático dos bens e serviços".

Neste marco coloca-se a investida de Menem contra o Secretário Geral da CGT, Saúl Ubaldini. Longe de ser um revolucionário, Ubaldini é uma pedra no sapato de Menem, assim como Diego Ybanez, dirigente do sindicato da YPF (petroleiros), pois não pode aceitar a política que Menem impõe contra os trabalhadores.

São as contradições do populismo. Para os trabalhadores brasileiros, a situação da Argentina, a cada dia que passa, serve mais como exemplo histórico. O populismo caminhou dos apelos melodramáticos à redenção do país ao indulto dos algozes de 30 mil argentinos. Da promessa de "salariazio" à distribuição das migalhas do "pan".

IMPRESSO

Porto pago

DR/SP	ISR 40-2063/85'
DR/RS	ISR 49-083/88



O efeito Menem

Alguns dias após ter sido eleito com voto dos trabalhadores, o populista Menem investe nas privatizações nas estatais e anistia torturadores.

